

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
Planejamento e Controle Interno

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2018**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
Metodologia de Previsão da Arrecadação  
e Memória de Cálculo das Metas Fiscais

*Prefeitura de Unai*



**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
Planejamento e Controle Interno**

PREFEITURA DE UNAÍ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METODOLOGIA DE PREVISÃO DA ARRECADAÇÃO E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS**  
2018

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste relatório é apresentar as metodologias utilizadas na previsão da arrecadação bem como a memória de cálculo das metas fiscais para o período 2018-2020. Desta forma, atende-se à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em seus artigos 4º, § 2º, inciso II, e 12 (DEBUS; MORGADO, 2004).

A LRF atribuiu à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) novas e importantes funções de planejamento, dentre as quais se destaca a fixação de metas de resultado primário e nominal, essenciais à gestão fiscal responsável (NASCIMENTO, 2004).

Neste sentido, o Anexo de Metas Fiscais (AMF) e o Anexo de Riscos Fiscais (ARF) da LDO de 2018 para o Município de Unai evidenciam as condições necessárias à trajetória de equilíbrio das finanças públicas municipais. Ademais, cabe destacar que o AMF e o ARF foram elaborados conforme as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (BRASIL, 2016).

Para facilitar o entendimento e leitura do relatório, optou-se por apresentar, no primeiro momento, as metodologias de previsão da arrecadação e em seguida os resultados encontrados. Embora os cálculos não estejam descritos até o nível da aritmética das operações, todos os procedimentos, técnicas e métodos utilizados foram suficientemente explicitados. Após a estimativa das receitas públicas para o período 2018-2020, passou-se à fixação das metas para as despesas e, por fim, às metas de resultado primário e nominal.

É muito importante salientar que, em todo o relatório, os dados numéricos das tabelas foram arredondados. A convenção de arredondamento adotada seguiu a regra aritmética padrão para eliminar os valores inferiores a R\$ 1.000,00. O objetivo deste procedimento foi permitir a conferência, o desdobramento e a vinculação por fonte de recurso no momento de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Por fim, e para conferir ainda mais transparência à LDO, este estudo está instruído com as referências bibliográficas dos materiais impressos ou em meio eletrônico utilizados nas pesquisas realizadas durante o processo de elaboração.

**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
Planejamento e Controle Interno**

**2. METODOLOGIA DE PREVISÃO DA ARRECADAÇÃO**

Dada a diversidade de receitas que atualmente são arrecadadas pela Prefeitura de Unai, e partindo do pressuposto de que cada receita possui uma especificidade que lhe confere a característica de variável no que diz respeito aos seus valores observados ao longo do tempo, as previsões de arrecadação para o período 2018-2020 foram realizadas utilizando-se um conjunto de quatro diferentes metodologias, quais sejam:

- 1) Metodologia dos Modelos Econométricos;
- 2) Metodologia dos Cenários Macroeconômicos;
- 3) Metodologia dos Parcelamentos Previdenciários; e
- 4) Metodologia das Transferências Multigovernamentais ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

As duas primeiras metodologias são as mais adequadas às receitas públicas de natureza tributária, ainda que decorrentes de transferências constitucionais. Tais receitas possuem maior peso relativo na receita total e podem ser interpretadas como variáveis dependentes de natureza estocástica. O desafio passa a ser, então, conhecer as variáveis independentes capazes de explicar o comportamento dessas receitas e gerar as previsões a partir do desenho e estimativa de modelos econométricos. As demais metodologias aplicam-se a casos muito específicos, nos quais as naturezas das receitas as tornam altamente aleatórias ou muito próximas a variáveis determinísticas. As subseções a seguir apresentam maiores detalhes sobre as metodologias utilizadas.

**2.1. Metodologia dos Modelos Econométricos**

Esta metodologia consiste em estimar modelos econométricos compostos por uma equação de regressão na qual a receita de interesse é interpretada como uma variável aleatória que depende da evolução do tempo. Teoricamente, a reta gerada pelo modelo estaria capturando os efeitos do crescimento econômico e da elevação do nível de preços ao longo dos anos sobre a receita realizada (GREENE, 2003; GUJARATI, 2000).

Desta forma, conhecendo-se o padrão de crescimento das receitas em períodos anteriores, ou seja, a tendência da série histórica, torna-se possível realizar as previsões para o seu comportamento futuro (JOHNSTON; DINARDO, 1997).

As amostras utilizadas nos modelos compreendem as séries históricas das receitas. Nos casos reportados, os parâmetros estimados da equação de regressão exibiram significância estatística inferiores a 0,1% em testes *t* bilaterais. Os coeficientes de determinação ajustados atingiram

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
 Planejamento e Controle Interno

valores superiores 0,90 e os testes *F* apresentaram valores inferiores a 0,01% para "p". As Figuras 1 e 2, a seguir, apresentam as estimativas dos modelos.

Figura 1 – Modelo Econométrico de Previsão da Arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

Identificação do Modelo				
Equação de Regressão: $ISSQN_{(Ano)} = \alpha + \beta(Ano)$				
Método: Mínimos Quadrados Ordinários				
Amostra: 1999-2016 (18 anos)				
Estimativas dos Parâmetros e Testes Estatísticos				
	Coefficientes	Des. Pad.	Teste t	Valor p
$\alpha$	-1,16E+09	9,09E+07	-12,80	0,000
$\beta$	581.689,7	45.255,64	12,85	0,000
Testes Estatísticos para o Modelo Econométrico				
Coef. de Determinação $R^2$	0,9117	Teste F		165,21
$R^2$ Ajustado	0,9062	Valor p do Teste F		0,0000

Figura 2 – Modelo Econométrico de Previsão da Arrecadação da Cota parte do ITCMD relacionada ao FUNDEB (ITCMD-FUNDEB)

Identificação do Modelo				
Equação de Regressão: $ITCMD - FUNDEB_{(Ano)} = \alpha + \beta(Ano)$				
Método: Mínimos Quadrados Ordinários				
Amostra: 2007-2016 (10 anos)				
Estimativas dos Parâmetros e Testes Estatísticos				
	Coefficientes	Des. Pad.	Teste t	Valor p
$\alpha$	-6,19E+07	2.520.283	-24,57	0,000
$\beta$	30.859,41	1.252,936	24,63	0,000
Testes Estatísticos para o Modelo Econométrico				
Coef. de Determinação $R^2$	0,9870	Teste F		606,62
$R^2$ Ajustado	0,9854	Valor p do Teste F		0,0000

Como é possível perceber, muitas receitas não foram estimadas por meio de modelos econométricos. Tal fato decorre dos resultados estatísticos indesejáveis que foram obtidos com a tentativa de fazê-lo, tais como parâmetros não significativos, baixo valor do coeficiente de determinação, presença de *outliers*, e testes *F* que rejeitavam o modelo. Assim sendo, recorreu-se à metodologia dos cenários macroeconômicos.

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
 Planejamento e Controle Interno

2.2. Metodologia dos Cenários Macroeconômicos

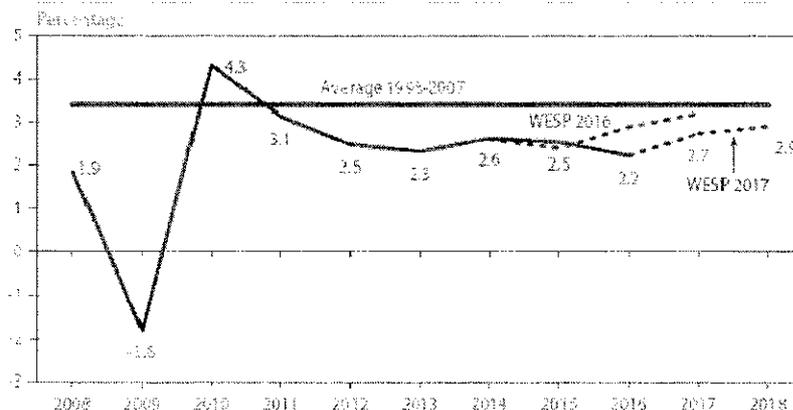
A metodologia dos cenários macroeconômicos baseia-se na ideia de que a evolução das receitas depende fundamentalmente do crescimento da economia, seja em seu componente real ou ainda na parte nominal. Desta forma, o cenário macroeconômico composto por estas variáveis é capaz de descrever o comportamento das receitas e, conseqüentemente, gerar as previsões (SACHS; LARRAIN, 2004).

Para construir os cenários macroeconômicos do período 2018-2020, buscou-se, inicialmente, estimativas sólidas para o crescimento real da economia brasileira. Nos últimos anos, o setor público no Brasil, e especialmente as finanças públicas municipais, têm sofrido graves problemas de continuidade e estabilidade na arrecadação em função da recessão econômica sem precedentes que assola o país. Em outras palavras, o baixo crescimento econômico retarda e em alguns casos impede a elevação da receita pública, tornando ainda mais frágil o equilíbrio orçamentário e financeiro.

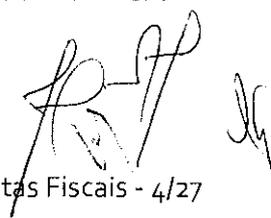
Na tentativa de buscar uma avaliação mais contundente sobre o cenário futuro, optou-se por considerar o relatório *World Economic Situation and Prospects 2017* das *United Nations* (UN). As projeções realizadas para a economia brasileira até 2018 têm como pressupostos os seguintes fundamentos:

The global economy remains trapped in a **prolonged period of slow economic growth** and dwindling international trade growth. Since 2012, world gross product (WGP) has expanded at an average annual rate of 2.5 per cent, much lower than the average of 3.4 per cent observed in the decade prior to the financial crisis (figure 1.1).

Figure 1.1  
 Revision of world gross product forecast since WESP 2016



Source: UN/DESA, based on United Nations Statistics Division National Accounts Main Aggregates Database and UN/DESA forecasts.



Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
Planejamento e Controle Interno

In 2016, growth in both WGP and world trade dropped to their slowest pace since the Great Recession of 2009. WGP is estimated to have expanded by just 2.2 per cent, reflecting a **downward revision** of 0.7 percentage points relative to forecasts a year ago (table 1.1). The weaker-than-expected growth performances in Japan, the United States of America and in several countries in Africa, the Commonwealth of Independent States (CIS) and Latin America and the Caribbean have contributed to this **downward revision** relative to forecasts presented in the *World Economic Situation and Prospects (WESP) 2016* (United Nations, 2016a).

Table 1.1  
Growth of world output, 2014–2018

Annual percentage change	2014	2015	2016 <sup>a</sup>	2017 <sup>b</sup>	2018 <sup>b</sup>	Change from WESP 2016	
						2016	2017
World	2.6	2.5	2.2	2.7	2.9	-0.7	-0.5
Developed economies	1.7	2.1	1.5	1.7	1.8	-0.7	-0.6
United States of America	2.4	2.6	1.5	1.9	2.0	-1.1	-0.9
Japan	-0.1	0.6	0.5	0.9	0.9	-0.8	0.3
European Union	1.5	2.2	1.8	1.8	1.8	-0.2	-0.4
EU-15	1.4	2.0	1.7	1.6	1.7	-0.3	-0.5
EU-13	2.8	3.6	3.0	3.2	3.3	0.0	0.0
Euro area	1.1	1.9	1.6	1.7	1.7	-0.3	-0.3
Other developed countries	2.5	1.6	1.7	2.0	2.2	-0.4	-0.5
Economies in transition	0.9	-2.6	-0.2	1.4	2.0	-1.0	-0.5
South-Eastern Europe	0.2	2.0	2.6	3.1	3.3	0.0	0.1
Commonwealth of Independent States and Georgia	1.0	-3.0	-0.3	1.4	2.0	-1.0	-0.4
Russian Federation	0.7	-3.7	-0.8	1.0	1.5	-0.8	-0.2
Developing economies	4.3	3.8	3.6	4.4	4.7	-0.7	-0.4
Africa	3.8	3.1	1.7	3.2	3.8	-2.7	-1.2
North Africa	1.8	3.2	2.6	3.5	3.6	-1.5	-0.6
East Africa	7.0	0.6	5.5	6.0	6.3	-1.3	-0.6
Central Africa	5.4	1.5	2.4	3.4	4.2	-1.9	-0.8
West Africa	6.1	3.2	0.1	3.1	4.1	-5.1	-2.2
Southern Africa	2.7	1.9	1.0	1.8	2.6	-2.0	-1.5
East and South Asia	6.1	5.7	5.7	5.9	5.9	-0.1	0.1
East Asia	6.1	5.7	5.5	5.6	5.6	-0.1	0.0
China	7.3	6.9	6.6	6.5	6.5	0.2	0.0
South Asia	6.2	6.0	6.7	6.9	6.9	0.0	-0.1
India <sup>c</sup>	7.3	7.3	7.6	7.7	7.6	0.2	0.2
Western Asia	2.6	2.7	2.1	2.5	3.0	-0.3	-0.5
Latin America and the Caribbean	0.7	-0.6	-1.0	1.3	2.1	-1.7	-1.4
South America	0.1	-1.9	-2.3	0.9	2.0	-2.2	-1.5
Brazil	0.1	-3.9	-3.2	0.6	1.6	-2.4	-1.7
Mexico and Central America	2.5	2.7	2.3	2.3	2.2	-0.6	-1.1
Caribbean	3.1	4.0	2.7	2.7	2.8	-0.9	-0.6
Least developed countries	5.7	3.7	4.5	5.2	5.5	-1.1	-0.4
Memorandum items							
World trade <sup>d</sup>	3.8	2.6	1.2	2.7	3.3	-2.8	-2.0
World output growth with PPP weights <sup>e</sup>	3.3	3.1	2.9	3.5	3.7	-0.7	-0.4

Source: UN/DESA

a. Estimated.

b. Forecast, based in part on Project LINK

c. Fiscal year basis.

d. Includes goods and services.

e. Based on 2012 benchmark.

**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
Planejamento e Controle Interno**

The **prolonged sluggishness** in the global economy has been characterized by a widespread slowdown of productivity growth in many parts of the world, weak investment, low wage growth, low inflation and rising debt levels. **Low commodity prices have exacerbated these trends in many commodity-exporting countries since mid-2014, while conflict and geopolitical tensions continue to weigh on economic prospects in several regions.**

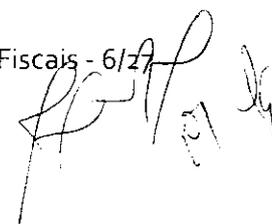
.....

GDP growth in developing countries, especially in East and South Asia, is expected to remain driven by domestic consumption. China's expansion is expected to remain stable, supported by the strong policy stance, but the rebalancing of the economy continues to weigh on global trade flows. India is expected to remain the fastest growing large developing economy, as the country benefits from strong private consumption and the gradual introduction of significant domestic reforms. **The downturn in Brazil may have turned a corner, following the sharp decline in output in 2015 and 2016. Political uncertainty in Brazil has declined and the foundations of a programme for macro-management have been introduced. However, high unemployment and a relatively tight fiscal policy stance will continue to weigh on the economy. [...]** (UN, 2017, p. 1-5, grifo nosso)

Sobre a América Latina, o mesmo relatório traz as seguintes considerações:

After contracting for two consecutive years, the economy of Latin America and the Caribbean is expected to return to positive growth in 2017. The region's aggregate GDP is projected to increase by 1.3 per cent in 2017 and by 2.1 per cent in 2018, following an estimated decline of 1.0 per cent in 2016. While the region continues to face significant internal and external headwinds, economic growth is forecast to gradually pick up in most countries. **South America is expected to see a modest cyclical recovery from the severe downturn of 2015 and 2016, with Argentina and Brazil, the subregion's two largest economies, set to emerge from recession.** Several factors are likely to support this recovery, including a strengthening of external demand, an increase in international commodity prices, a decline in political uncertainty, and some monetary easing amid lower inflation. **Average growth in South America will, however, remain fairly weak, weighed down by a rise in unemployment and ongoing fiscal consolidation [...].**

The economic situation and prospects in Mexico and Central America and the Caribbean are generally more favourable as most countries depend less on commodity exports. However, growth projections for both subregions have been downgraded from earlier forecasts in the face of weaker-than-



**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
Planejamento e Controle Interno**

expected activity in the United States, persistent structural constraints (including high debt and unemployment, low productivity growth, and weak institutional capacity) and limited macroeconomic policy space.

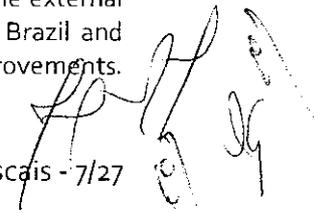
The outlook for Latin America and the Caribbean is subject to significant downside risks. These include a sharper-than-expected deceleration in China, the adoption of protectionist measures by the new Administration in the United States and renewed financial market turbulences. The latter could, for example, be triggered by a faster-than-expected pace of interest rate hikes in the United States. A rebound in commodity prices and unexpectedly strong demand from developed economies, in particular the United States, present upside risks for many countries.

**The subdued medium-term outlook for Latin America and the Caribbean poses a threat to the social achievements of the past decade and could significantly complicate the region's path towards the realization of the SDGs.** These challenges underscore the importance of reorienting macroeconomic and other policies, with a view to promote investment in physical and human capital and strengthen the innovative capacities across the region.

In the face of ongoing global uncertainty and a slump in domestic demand, **South America's GDP contracted for a second consecutive year in 2016.** After declining by 1.9 per cent in 2015, the subregion's output is estimated to have fallen by 2.3 per cent in 2016 amid recessions in Argentina, Brazil, Ecuador and the Bolivarian Republic of Venezuela, and slow growth in Chile and Colombia. **Brazil has witnessed the deepest recession on record during the past two years. The cumulative decline in Brazil's economic output since late 2014 exceeds 8 per cent as severe macroeconomic imbalances and a political crisis led to a sharp contraction of domestic demand.** The Venezuelan economy faces an even deeper crisis amid large financing needs, shortages of basic goods, and spiralling inflation.

GDP is estimated to have fallen by about 8 per cent in 2016, bringing the cumulative output contraction since 2013 to almost 20 per cent. Among the few bright spots in the sub-region are the Plurinational State of Bolivia and Peru, which defied the regional downturn, largely owing to strong private and government consumption.

Looking ahead, South America is projected to see a mild - largely cyclical - recovery in 2017 and 2018. While economic activity has generally remained weak in 2016, some positive signs - both on the domestic and the external front - have started to emerge. In several countries, including Brazil and Colombia, consumer and business confidence have shown improvements.



**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
Planejamento e Controle Interno**

At the same time, net capital inflows and asset prices, including domestic currencies, have recovered, following the slump in 2015. These positive trends reflect firmer commodity prices and a search for yield among international investors. At the same time, inflation has started to moderate in almost all South American countries owing to stronger domestic currencies, a diminishing impact of El Nino and the lack of demand pressures. With inflationary pressures in South America declining, average consumer price inflation in Latin America and the Caribbean is projected to slow from 9.2 per cent in 2016 to 6.1 per cent in 2017 (excluding the Bolivarian Republic of Venezuela).

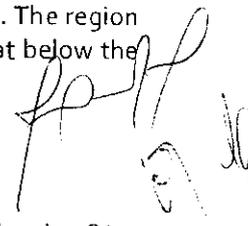
.....

**Overall, the baseline forecast predicts a return to positive growth in Argentina and Brazil in 2017. The recovery is, however, expected to be relatively shallow, especially in Brazil, which continues to face macroeconomic imbalances (including high stocks of public and private debt) and major policy challenges such as reforming the pension system. [...] (UN, 2017, p. 141-146, grifo nosso)**

De acordo com as análises da UN (2017), optou-se inicialmente por trabalhar com as taxas de 0,6% e 1,6% para o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 e 2018, respectivamente. No que diz respeito aos anos de 2019 e 2020, foi necessário recorrer a outras fontes para obter projeções do crescimento da economia brasileira (variação real do PIB).

O *The Conference Board* (TCB), associação internacional de pesquisa econômica, faz periodicamente avaliações e projeções para a economia mundial e de diversos países membros. Os resultados mais recentes encontram-se disponíveis no relatório de notas metodológicas intitulado *Global Growth Projections for The Conference Board* (ERUMBAN; DE VRIES, 2016). Acerca das projeções para a economia mundial a partir de 2017, os autores do relatório fazem as seguintes considerações:

The outlook for 2017 and beyond shows a continuation of stagnant global growth (Table 1). Global growth in real GDP has dropped off to 2.5 percent in 2016 – its lowest rate since the end of the global recession in 2009, and is likely to increase only marginally to 2.8 percent in 2017. Among the larger economies, the United States is expected to see somewhat faster growth of 2 percent in 2017 compared to 1.6 percent in 2016. The European growth environment remains fragile as downside risks continue to linger after the 2008/09 and 2012/13 recessions. During the last five years, Euro Area average GDP growth was just 0.5 percent. The region is expected to see a 1.4 percent growth rate in 2017, somewhat below the 1.5 percent growth in 2016.





**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
Planejamento e Controle Interno**

grow at 2.1 percent and 1.8 percent and emerging markets at 3.7 percent and 3.5 percent for the respective projection periods. Growth for the U.S between 2017 and 2021 is projected to be 2.2 percent, which is likely to decline marginally to 2.0 percent during 2022-2026. The long-run growth in Euro Area will decline from 1.7 percent during 2017-2021 to 1.2 percent during 2022-2026, as the declining work force and the increase in ageing of the population further add to long-run downside risks.<sup>6</sup> The growth slowdown in the emerging markets will be driven primarily by two largest economies in the region, China (from 3.3 percent to 2.9 percent) and India (from 5.8 percent to 5.5 percent). (ERUMBAN; DE VRIES, 2016, p. 7-8, grifo nosso)

No mesmo documento de trabalho, os autores fazem ainda considerações sobre a metodologia empregada nas projeções e tecem alguns comentários sobre os resultados encontrados por outros organismos internacionais:

A number of researchers have attempted projecting global economic growth (e.g. Jorgenson and Vu, 2013; Lee and Hong, 2010; Fogel, 2007; Wilson et.al., 2011, among others). However, not all these projections are updated on an annual basis, and, therefore, often do not reflect the most up to date information and dynamics of the global economy. **A few organizations such as International Monetary Fund in its World Economic Outlook (IMF), the Economist Intelligence Unit (EIU) and PricewaterhouseCoopers (PWC) publically provide up to date projections for the medium to longer term.** In this section we compare the methodology and results from The Conference Board's growth projections with some of these studies.

As mentioned, our projection model is based on Jorgenson's growth accounting framework. However, Jorgenson and Vu (2013)'s projections for all input components are based on the performance of the near past, while in our methodology this only holds for the inputs capital services and TFP growth. Our methodology is closely akin to Lee and Hong (2010), in terms of both the growth accounting framework as well as the regression approach to estimate and project input factors. However, their work only covers Asian countries while ours includes 33 mature economies and 32 emerging markets.

IMF projections presented in their World Economic Outlook are based on a 'bottom-up' approach, where the individual country projections produced by respective country teams are aggregated through a series of iterations. Therefore, the methodology can vary from country to country and between different series. The Economist seems to be doing something similar, where country models are adjusted according to 'expert

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
 Planejamento e Controle Interno

judgement'. Unfortunately, none of these organizations provide very detailed descriptions of the methodology used.

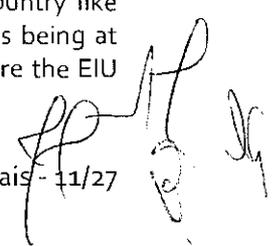
Table 9: Comparison of projections of medium-term GDP growth from difference sources

	GEO Nov. 2016	IMF Oct. 2016	EIU Nov. 2016	PWC Oct. 2016
	2017-2021	2017-2021	2017-2020	2018-2022
United States	2.2	1.9	1.9	2.3
Japan	1.2	0.5	0.3	0.8
Germany	1.5	1.3	1.4	1.4
France	2.0	1.7	1.2	1.6
Italy	1.1	0.9	0.7	1.2
United Kingdom	1.5	1.7	1.0	2.1
China	3.3	6.0	5.0	5.7
India	5.8	7.8	7.4	6.5
Brazil	1.9	1.6	1.7	3.0
Russia	0.7	1.4	1.2	1.5
<b>MATURE ECONOMIES</b>	<b>2.1</b>	<b>1.8</b>	<b>1.7</b>	
<b>EMERGING MARKETS</b>	<b>3.7</b>	<b>4.9</b>	<b>4.4</b>	
<b>WORLD</b>	<b>3.0</b>	<b>3.6</b>	<b>3.2</b>	<b>3.4</b>

Sources: The Conference Board Global Economic Outlook 2017; International Monetary Fund (IMF) - World Economic Outlook Database, October 2016; PricewaterhouseCoopers (PWC), Global Economy Watch- Economic Projections, October 2016; The Economist Intelligence Unit, November 2016.

Table 9 compares our medium-term projections with those of the IMF, EIU and PWC, which should be comparable even though the projection periods are not entirely the same. It seems that our projections for global growth are the lowest with 3.0 percent, the difference with the IMF is even 0.6 percentage points. Different projections for China are the main reason behind this, which are significantly lower in our GEO—as our model uses alternative, lower, estimates for Chinese GDP growth, though projections from the Economist are also clearly below the IMF and PWC. There seems to be more consensus on forecasts for India, another major emerging market, though again our projections are the lowest. Still, in all projections it is clear that India will overtake China in terms of economic growth in the coming five years.

While our model projects slower growth for emerging markets compared to the other studies under review here, the opposite is true for mature economies. The GEO model produces higher GDP growth projections for almost all major advanced economies, and the difference is greatest with the projections from the EIU. Especially for a country like Japan, there seems to be no consensus with the GEO estimates being at the high end of the spectrum. The same is true for the UK, where the EIU



**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
 Planejamento e Controle Interno**

expects the biggest negative impact from Brexit, though here our projections are somewhere in between. Projections for the United States are relative similar across the different studies and show growth of around 2 percent, slightly above its current pace. (ERUMBAN; DE VRIES, 2016, p. 30-32, grifo nosso)

A *Table 1* do relatório *Global Growth Projections for The Conference Board* de novembro de 2016 (ERUMBAN; DE VRIES, 2016) é permanentemente revista e atualizada pelo *The Conference Board* (TCB) à medida que novos dados estatísticos são divulgados pelos países analisados. A última atualização, divulgada em fevereiro de 2017, segue abaixo (TCB, 2017):

**The Conference Board Global Economic Outlook, 2015-2026**

**GDP Growth Rates (Percent Change)**

	Actual	Forecast	Forecast	Projected	Trend
	2015	2016	2017	2017-2021	2022-2026
United States	2.8	1.8	2.5	2.2	2.0
Europe*	1.9	1.8	1.6	1.7	1.3
<i>of which: Euro Area</i>	1.6	1.7	1.6	1.7	1.2
<i>of which: United Kingdom</i>	2.2	2.0	1.7	1.5	1.4
Japan	1.6	1.4	1.5	1.2	0.8
Other mature**	2.8	3.1	2.9	3.4	2.8
<b>Mature Economies</b>	<b>2.3</b>	<b>2.0</b>	<b>2.1</b>	<b>2.1</b>	<b>1.8</b>





**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
 Planejamento e Controle Interno**

$Mg = \sqrt[n]{\prod_{i=1}^n x_i}$ , dos fatores analíticos anuais da série do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período 2014-2016 (6,41% em 2014, 10,67% em 2015 e 6,29% em 2016) como projeção da inflação do período 2017-2020. A escolha do IPCA deu-se em razão deste índice ser o indicador oficial da inflação no país.

Tabela 2 – Projeção da Inflação no Brasil para o Período 2017-2020

Período	Varição Anual do IPCA (%)
2017	7,77
2018	7,77
2019	7,77
2020	7,77

Fonte: Elaboração própria.

Nota: A série do IPCA foi obtida no IPEADATA (2017).

Com base nas informações das Tabelas 1 e 2 foram construídos os fatores de projeção para o período 2016-2019:

Tabela 3 – Fatores de Projeção o Período 2017-2020

Período	Fator de Projeção Real Acumulado	Fator de Projeção Inflacionário Acumulado	Fator de Projeção Nominal Acumulado
2017	1,005	1,0777	1,0830885
2018	1,024095	1,16143729	1,18942212150255
2019	1,043552805	1,251680967433	1,30619518452982
2020	1,063380308295	1,34893657860254	1,43443259482478

Fonte: Elaboração própria.

Segundo esta metodologia, para calcular as previsões relacionadas a cada receita, basta aplicar o fator de projeção nominal acumulado sobre o valor da arrecadação referente ao exercício de 2016. As receitas cujas previsões encontram-se baseadas nesta metodologia são:

Da Prefeitura de Unaí (PMU):

- 1) IPTU;
- 2) IRRF;
- 3) ITBI;
- 4) Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia;
- 5) Taxas Pela Prestação de Serviços;
- 6) Receita de Contribuições;
- 7) Aplicações Financeiras;
- 8) Outras Receitas Patrimoniais;

**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
Planejamento e Controle Interno**

- 9) Receita de Serviços;
- 10) Cota-Parte do FPM – Cota Mensal;
- 11) Cota-Parte do FPM – Dezembro;
- 12) Cota-Parte do FPM – Julho;
- 13) Cota-Parte do ITR;
- 14) Transf. Fin. do ICMS/Des. LC n.º 87/96;
- 15) Demais Transferências da União;
- 16) Cota-Parte Comp. Fin. Rec. Hídricos;
- 17) Cota-Parte Comp. Fin. Rec. Minerais;
- 18) Cota-Parte Fundo Especial do Petróleo;
- 19) Transf. de Recursos do SUS;
- 20) Transf. de Recursos do FNAS;
- 21) Transf. de Recursos do FNDE;
- 22) Cota-Parte do ICMS;
- 23) Cota-Parte do IPVA;
- 24) Cota-Parte do IPI/Exportações;
- 25) Contribuição Interv. Dom. Econômico – CIDE;
- 26) Transferências do Estado para o SUS;
- 27) Transferências do FEAS;
- 28) Outras Transferências do Estado;
- 29) Transferências de Pessoas;
- 30) Transferências de Convênios da União;
- 31) Transferências de Convênios do DF e dos Estados;
- 32) Multas e Juros de Mora dos Tributos;
- 33) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos;
- 34) Multas e Juros de Mora de Outras Receitas;
- 35) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas;
- 36) Multas de Outras Origens;
- 37) Indenizações e Restituições;
- 38) Receita da Dívida Ativa Tributária;
- 39) Receita da Dívida Ativa Não Tributária;
- 40) Receitas Diversas;
- 41) Transferências da União para o SUS; e
- 42) Transferências de Convênios.

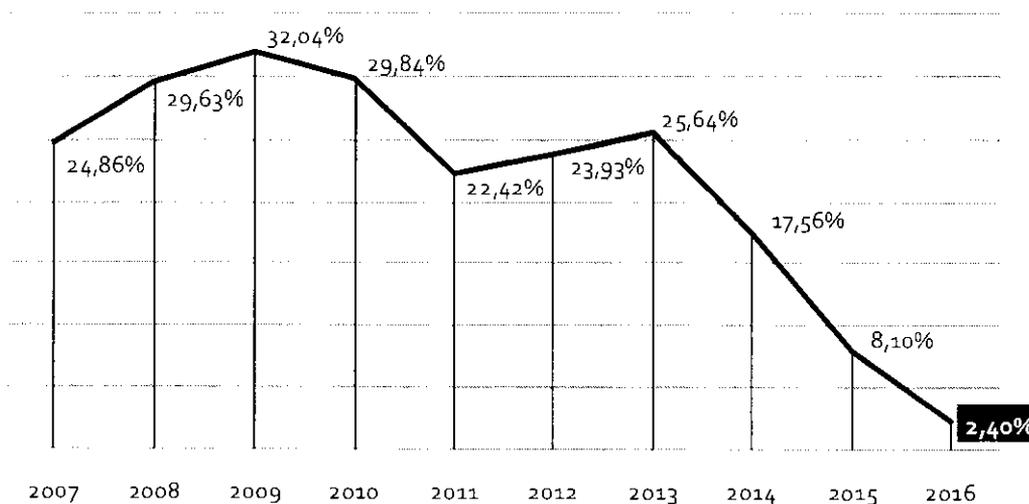
**2.4. Metodologia das Transferências Multigovernamentais ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)**

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
Planejamento e Controle Interno

As receitas associadas às transferências multigovernamentais destinadas ao FUNDEB dependem, por um lado, da contribuição do ente ao fundo e, por outro lado, do número de alunos matriculados na rede pública de ensino de cada ente.

A Prefeitura de Unaí ainda é beneficiada pelo critério de distribuição de recursos, dada a rentabilidade de 2,40% observada em 2016. Todavia, este retorno, conforme demonstrado na Figura 3, foi o pior resultado desde 2007.

Figura 3 – Evolução da Rentabilidade do FUNDEB no Período 2007-2016



Desta forma, as estimativas de todas as transferências destinadas ao FUNDEB consideraram o valor previsto da contribuição do Município ao fundo em cada ano do período 2018-2020, bem como a manutenção da rentabilidade de 2,40% apurada em 2016.

A única exceção a esta metodologia foi a Cota-parte do ITCMD, visto que tal dedução ocorre somente na receita dos Estados.

Portanto, as receitas cujas previsões encontram-se baseadas nesta metodologia são:

- 1) Cota-Parte do FPM-FUNDEB;
- 2) Cota-Parte do ITR-FUNDEB;
- 3) Cota-Parte do ICMS-FUNDEB;
- 4) Cota-Parte do IPVA-FUNDEB;
- 5) Cota-Parte do IPI- FUNDEB; e
- 6) Cota-Parte do ICMS/Des.-FUNDEB.

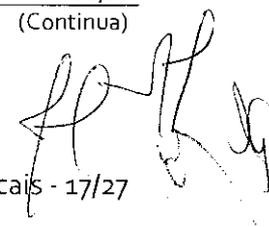
**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
 Planejamento e Controle Interno**

**3. MEMÓRIA DE CÁLCULO DA PREVISÃO DA ARRECAÇÃO**

Tabela 4 – Memória de Cálculo das Metas Anuais de Receita da Prefeitura de Unai  
 (Valores em R\$)

Especificação	Previsão em Reais Correntes		
	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES	217.258.000,00	237.809.000,00	260.308.000,00
Receita Tributária	37.555.000,00	40.465.000,00	43.601.000,00
Impostos	34.520.000,00	37.131.000,00	39.941.000,00
IPTU	4.680.000,00	5.139.000,00	5.644.000,00
IRRF	9.345.000,00	10.263.000,00	11.270.000,00
ITBI	6.645.000,00	7.297.000,00	8.014.000,00
ISSQN	13.850.000,00	14.432.000,00	15.013.000,00
Taxas	3.035.000,00	3.334.000,00	3.660.000,00
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	944.000,00	1.037.000,00	1.138.000,00
Taxas pela Prestação de Serviços	2.091.000,00	2.297.000,00	2.522.000,00
Receita de Contribuições	2.167.000,00	2.380.000,00	2.613.000,00
Receita Patrimonial	2.008.000,00	2.205.000,00	2.422.000,00
Aplicações Financeiras	1.957.000,00	2.149.000,00	2.360.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	51.000,00	56.000,00	62.000,00
Receita de Serviços	112.000,00	123.000,00	135.000,00
Transferências Correntes	172.516.000,00	189.451.000,00	208.040.000,00
Transferências Intergovernamentais	172.079.000,00	188.971.000,00	207.513.000,00
Transferências da União	64.600.000,00	70.945.000,00	77.909.000,00
Participação na Receita da União	50.077.000,00	54.995.000,00	60.393.000,00
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal	44.329.000,00	48.682.000,00	53.461.000,00
Cota-Parte do FPM - Dezembro	1.841.000,00	2.022.000,00	2.220.000,00
Cota-Parte do FPM - Julho	1.308.000,00	1.437.000,00	1.578.000,00
Cota-Parte do ITR	2.599.000,00	2.854.000,00	3.134.000,00
Outras Transferências da União	1.402.000,00	1.540.000,00	1.691.000,00
Transf. Fin. do ICMS/Des. LC n.º 87/96	377.000,00	414.000,00	454.000,00
Demais Transferências da União	1.025.000,00	1.126.000,00	1.237.000,00
Transf. da Compensação Financeira	438.000,00	482.000,00	529.000,00
Cota-Parte Comp. Fin. Rec. Hídricos	12.000,00	13.000,00	15.000,00
Cota-Parte Comp. Fin. Rec. Minerais	54.000,00	60.000,00	65.000,00
Cota-Parte Fundo Especial do Petróleo	372.000,00	409.000,00	449.000,00
Transf. de Recursos do SUS	8.391.000,00	9.215.000,00	10.120.000,00
Transf. de Recursos do FNAS	862.000,00	947.000,00	1.040.000,00
Transf. de Recursos do FNDE	3.430.000,00	3.766.000,00	4.136.000,00
Transferência de Recursos do Estado	81.433.000,00	89.428.000,00	98.207.000,00
Participação na Receita do Estado	75.038.000,00	82.405.000,00	90.495.000,00
Cota-Parte do ICMS	61.732.000,00	67.793.000,00	74.448.000,00
Cota-Parte do IPVA	12.400.000,00	13.617.000,00	14.954.000,00
Cota-Parte do IPI/Exportações	767.000,00	842.000,00	925.000,00
Contribuição Interv. Dom. Econômico – CIDE	139.000,00	153.000,00	168.000,00

(Continua)

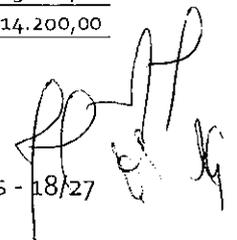


**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
 Planejamento e Controle Interno**

(Continuação)

Especificação	Previsão em Reais Correntes		
	2018	2019	2020
Transferências do Estado para o SUS	5.437.000,00	5.971.000,00	6.557.000,00
Transferências do FEAS	145.000,00	159.000,00	175.000,00
Outras Transferências do Estado	813.000,00	893.000,00	980.000,00
Transferências Multigovernamentais	26.046.000,00	28.598.000,00	31.397.000,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	26.046.000,00	28.598.000,00	31.397.000,00
Cota-Parte do FPM-FUNDEB	9.724.000,00	10.678.000,00	11.727.000,00
Cota-Parte do ITR-FUNDEB	532.000,00	585.000,00	642.000,00
Cota-Parte do ICMS-FUNDEB	12.643.000,00	13.884.000,00	15.247.000,00
Cota-Parte do ITCMD-FUNDEB	374.000,00	405.000,00	436.000,00
Cota-Parte do IPVA-FUNDEB	2.539.000,00	2.789.000,00	3.063.000,00
Cota-Parte do IPI-FUNDEB	157.000,00	172.000,00	189.000,00
Cota-Parte do ICMS/Des.-FUNDEB	77.000,00	85.000,00	93.000,00
Transferências de Pessoas	51.000,00	56.000,00	62.000,00
Transferências de Convênios da União	61.000,00	67.000,00	73.000,00
Transferências de Com. Do DF e dos Estados	325.000,00	357.000,00	392.000,00
Outras Receitas Correntes	2.900.000,00	3.185.000,00	3.497.000,00
Multas e Juros de Mora dos Tributos	193.000,00	212.000,00	233.000,00
Multas e Juros de Mora da Dív. Ati. dos Tributos	213.000,00	234.000,00	257.000,00
Mul. e Jur. De Mora da Dív. Ati. de Outras Receitas	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Multas de Outras Origens	30.000,00	33.000,00	37.000,00
Indenizações e Restituições	474.000,00	521.000,00	572.000,00
Receita da Dívida Ativa Tributária	1.849.000,00	2.030.000,00	2.229.000,00
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	7.000,00	8.000,00	8.000,00
Receitas Diversas	132.000,00	145.000,00	159.000,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>7.081.000,00</b>	<b>7.777.000,00</b>	<b>8.541.000,00</b>
Transferências de Capital	7.081.000,00	7.777.000,00	8.541.000,00
Transferências Intergovernamentais	954.000,00	1.048.000,00	1.151.000,00
Transferências da União para o SUS	954.000,00	1.048.000,00	1.151.000,00
Transferências de Convênios	6.127.000,00	6.729.000,00	7.390.000,00
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>-25.070.600,00</b>	<b>-27.532.200,00</b>	<b>-30.234.800,00</b>
Deduções	-25.070.600,00	-27.532.200,00	-30.234.800,00
Deduções das Trans. Intergovernamentais	-25.070.600,00	-27.532.200,00	-30.234.800,00
Deduções das Receitas da União	-10.090.800,00	-11.081.800,00	-12.169.400,00
Deduções p/ Formação do Fundeb	-10.015.400,00	-10.999.000,00	-12.078.600,00
Dedução do FPM (20%)	-9.495.600,00	-10.428.200,00	-11.451.800,00
Dedução do ITR (20%)	-519.800,00	-570.800,00	-626.800,00
Deduções em Outras Transferências da União	-75.400,00	-82.800,00	-90.800,00
Dedução do ICMS/Des. LC n.º 87/96 (20%)	-75.400,00	-82.800,00	-90.800,00
Deduções nas Transferências do Estado	-14.979.800,00	-16.450.400,00	-18.065.400,00
Deduções p/ Formação do Fundeb	-14.979.800,00	-16.450.400,00	-18.065.400,00
Dedução do ICMS (20%)	-12.346.400,00	-13.558.600,00	-14.889.600,00
Dedução do IPVA (20%)	-2.480.000,00	-2.723.400,00	-2.990.800,00
Dedução do IPI/Exportações (20%)	-153.400,00	-168.400,00	-185.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>199.268.400,00</b>	<b>218.053.800,00</b>	<b>238.614.200,00</b>

Fonte: Elaboração própria.



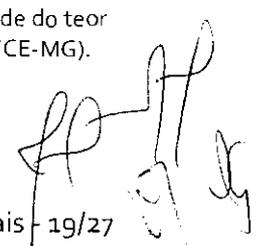
**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
 Planejamento e Controle Interno**

Tabela 5 - Memória de Cálculo das Metas Anuais de Receita do Poder Legislativo  
 (Valores em R\$)

Especificação	Bases de Cálculo em Reais Correntes		
	2018	2019	2020
Receitas Correntes	143.219.000,00	165.163.000,00	180.602.000,00
Receita Tributária	31.354.000,00	37.555.000,00	40.465.000,00
Impostos	28.863.000,00	34.520.000,00	37.131.000,00
IPTU	3.624.000,00	4.680.000,00	5.139.000,00
IRRF	7.698.000,00	9.345.000,00	10.263.000,00
ITBI	4.812.000,00	6.645.000,00	7.297.000,00
ISSQN	12.729.000,00	13.850.000,00	14.432.000,00
Taxas	2.491.000,00	3.035.000,00	3.334.000,00
Transferências Correntes	109.311.000,00	125.353.000,00	137.661.000,00
Transferências Intergovernamentais	109.311.000,00	125.353.000,00	137.661.000,00
Transferências da União	42.121.000,00	50.454.000,00	55.409.000,00
Participação na Receita da União	41.751.000,00	50.077.000,00	54.995.000,00
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal	37.000.000,00	44.329.000,00	48.682.000,00
Cota-Parte do FPM - Dezembro	2.000.000,00	1.841.000,00	2.022.000,00
Cota-Parte do FPM - Julho	475.000,00	1.308.000,00	1.437.000,00
Cota-Parte do ITR	2.276.000,00	2.599.000,00	2.854.000,00
Outras Transferências da União	370.000,00	377.000,00	414.000,00
Trans. Fin. do ICMS/Des. LC n.º87/96	370.000,00	377.000,00	414.000,00
Transferência de Recursos do Estado	67.190.000,00	74.899.000,00	82.252.000,00
Participação na Receita do Estado	67.190.000,00	74.899.000,00	82.252.000,00
Cota-Parte do ICMS	55.404.000,00	61.732.000,00	67.793.000,00
Cota-Parte do IPVA	10.777.000,00	12.400.000,00	13.617.000,00
Cota-Parte do IPI/Exportações	1.009.000,00	767.000,00	842.000,00
Outras Receitas Correntes	2.554.000,00	2.255.000,00	2.476.000,00
Multas e Juros de Mora dos Tributos	260.000,00	193.000,00	212.000,00
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	99.000,00	213.000,00	234.000,00
Receita da Dívida Ativa Tributária	2.195.000,00	1.849.000,00	2.030.000,00
<b>Receita Total da Base de Cálculo (RTBC)</b>	<b>143.219.000,00</b>	<b>165.163.000,00</b>	<b>180.602.000,00</b>
<b>Previsão de Repasse (7% sobre a RTBC)</b>	<b>10.025.330,00</b>	<b>11.561.410,00</b>	<b>12.642.140,00</b>

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Utilizou-se a arrecadação prevista para o ano anterior como previsão da base de cálculo de cada ano. A receita da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) não foi incluída na base de cálculo em virtude do teor da Consulta 804.593, de 24 de fevereiro de 2010, junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG).



**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
 Planejamento e Controle Interno**

**4. Memória de Cálculo das Metas Fiscais**

Antes de proceder às estimativas das metas de despesa, foi necessário deduzir das receitas da PMU o valor do repasse ao Poder Legislativo para o período 2018-2020 de forma a evidenciar os recursos que estariam, de fato, disponíveis. O demonstrativo abaixo apresenta os resultados encontrados.

Desta forma, as metas anuais de despesa da PMU são inferiores às metas anuais de receita. A diferença entre as metas corresponde, obviamente, aos repasses obrigatórios ao Poder Legislativo.

Tabela 6 - Memória de Cálculo das Metas Anuais de Despesa da Prefeitura de Unai  
 (Valores em R\$)

<b>Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
DESPESAS CORRENTES (I)	172.008.026,37	187.861.426,40	205.777.661,51
Pessoal e Encargos Sociais	115.276.000,00	124.233.000,00	133.886.000,00
Juros e Encargos da Dívida	1.218.000,00	1.335.000,00	1.480.000,00
Outras Despesas Correntes	55.514.026,37	62.293.426,40	70.411.661,51
DESPESAS DE CAPITAL (II)	15.699.000,00	16.952.000,00	18.357.000,00
Investimentos	11.210.000,00	12.232.000,00	13.385.000,00
Inversões Financeiras	77.000,00	84.000,00	92.000,00
Amortização Financeira	4.412.000,00	4.636.000,00	4.880.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	1.536.043,63	1.678.963,60	1.837.398,49
<b>TOTAL (IV=I+II+III)</b>	<b>189.243.070,00</b>	<b>206.492.390,00</b>	<b>225.972.060,00</b>

Fonte: Elaboração própria.

No cálculo das metas anuais de despesas para a PMU, foram utilizados diferentes procedimentos. A despesa com pessoal e encargos sociais foi encontrada aplicando sobre o valor **empenhado** em 2016 a recomposição equivalente a 6,29% em 2017, referente à inflação apurada em 2016 e 7,77% para 2018, 2019 e 2020. Estas taxas de crescimento são equivalentes à estimativa de inflação para o período 2018-2020. Os investimentos e as inversões financeiras foram mantidos na mesma proporção com relação à despesa total empenhada em 2015, 5,92% e 0,04%, respectivamente (os percentuais estão arredondados para duas casas decimais).

As despesas com os juros e encargos da dívida e a amortização financeira foram calculadas a partir de projeções realizadas com base nas informações existentes nos contratos e termos de parcelamento previdenciário. Objetivamente, foram considerados os **12 compromissos de longo prazo existentes até o dia 27/3/2017** como parte da dívida fundada da Prefeitura de Unai. Além disso, não foram consideradas despesas adicionais com juros e encargos da dívida, bem como de amortização financeira, ambas decorrentes de novas operações de crédito.

**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
 Planejamento e Controle Interno**

Por fim, nas outras despesas correntes foi alocado o saldo residual de recursos, apurado após a destinação de 0,7% da receita corrente líquida consolidada para a reserva de contingência.

Depois de fixadas as metas de despesa para os diferentes órgãos que integram o Poder Executivo, fez-se necessário averiguar o atendimento do disposto na LRF no que tange às despesas com pessoal e encargos sociais. Para tanto, calculou-se inicialmente a estimativa da receita corrente líquida consolidada do período 2018-2020.

Tabela 7 - Estimativa da Receita Corrente Líquida Consolidada para o Período 2018-2020  
 (Valores em R\$)

Especificação	2018	2019	2020
Receitas Correntes (I)	251.250.804,95	274.805.482,91	300.882.571,95
PMU	217.258.000,00	237.809.000,00	260.308.000,00
SAAE <sup>Δ</sup>	20.713.404,95	22.187.142,91	24.120.297,95
UNAPREV <sup>Δ</sup>	13.279.400,00	14.809.340,00	16.454.274,00
Deduções do Fundeb (II)	25.070.600,00	27.532.200,00	30.234.800,00
Contribuições do Servidor (III)	6.745.400,00	7.421.340,00	8.162.274,00
Compensação entre Regimes (IV)	-	-	-
Receita Corrente Líquida Consolidada (V=I-II-III-IV)	219.434.804,95	239.851.942,91	262.485.497,95

Fonte: Elaboração própria.

Nota: (Δ) Os valores referentes ao SAAE e ao UNAPREV foram calculados segundo metodologias próprias.

Sinais convencionais utilizados:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Em seguida, e tendo como parâmetro a receita corrente líquida consolidada de cada exercício, determinou-se o percentual destinado às despesas com pessoal e encargos sociais. Os resultados encontrados, conforme detalhado na Tabela 8, a seguir, evidenciam a necessidade de tomar **medidas de controle no decorrer do exercício de 2017**. A partir dessas medidas, a base de cálculo utilizada na elaboração da LOA de 2018, a saber, a despesa média entre janeiro e junho de 2017, poderá fornecer estimativas mais favoráveis, ou seja, abaixo do limite prudencial de 51,30%.



**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
 Planejamento e Controle Interno**

Tabela 8 - Relação Percentual entre Despesa Total com Pessoal e Receita Corrente Líquida para o Poder Executivo no Período 2018-2020 (Valores em R\$)

Despesa com Pessoal por Órgão	2018	2019	2020
PMU	115.276.000,00	124.233.000,00	133.886.000,00
SAAE <sup>Δ</sup>	9.003.905,79	9.638.868,15	10.318.487,20
UNAPREV [(-) Inativos e Pensionistas] <sup>Δ</sup>	857.101,20	959.953,35	1.075.147,75
Poder Executivo	125.137.006,99	134.831.821,50	145.279.634,95
% da Receita Corrente Líquida Consolidada	57,03	56,21	55,35

Fonte: Elaboração própria.

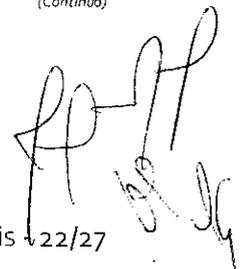
Nota: (Δ) Os valores referentes ao SAAE e ao UNAPREV foram calculados segundo metodologias próprias.

Após o estabelecimento das metas para receitas e despesas para o período 2017-2019, partiu-se para as metas de resultado primário e nominal. O resultado primário é definido como a diferença entre as receitas não-financeiras (primárias) e as despesas não-financeiras (primárias). Dito de outro modo, este resultado representa o esforço fiscal (contenção de despesas fiscais) que o Estado faz para assegurar os compromissos financeiros tais como o pagamento de juros e de amortizações da dívida pública, que por vezes superam as receitas financeiras.

Tabela 9 - Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário da Prefeitura de Unai (Valores em R\$)

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	162.728.000,00	180.457.000,00	191.836.000,00	217.258.000,00	237.809.000,00	260.308.000,00
Receita Tributária	27.379.000,00	29.969.000,00	31.354.000,00	37.555.000,00	40.465.000,00	43.601.000,00
Receita de Contribuições	1.162.000,00	1.380.000,00	1.612.000,00	2.167.000,00	2.380.000,00	2.613.000,00
Receita Patrimonial	903.000,00	2.044.000,00	1.987.000,00	2.008.000,00	2.205.000,00	2.422.000,00
Aplicações Financeiras (II)	903.000,00	1.992.000,00	1.932.000,00	1.957.000,00	2.149.000,00	2.360.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	-	52.000,00	55.000,00	51.000,00	56.000,00	62.000,00
Receita de Serviços	3.531.000,00	4.068.000,00	794.000,00	112.000,00	123.000,00	135.000,00
Transferências Correntes	126.464.000,00	139.300.000,00	152.948.000,00	172.516.000,00	189.451.000,00	208.040.000,00
Outras Receitas Correntes	3.289.000,00	3.696.000,00	3.141.000,00	2.900.000,00	3.185.000,00	3.497.000,00
REC. FIS. COR. (III)=(I-II)	161.825.000,00	178.465.000,00	189.904.000,00	215.301.000,00	235.660.000,00	257.948.000,00
REC. DE CAPITAL (IV)	6.562.000,00	7.841.000,00	3.060.000,00	7.081.000,00	7.777.000,00	8.541.000,00
Operações de Crédito (V)	6.000.000,00	-	-	-	-	-
Amort. de Empréstimos (VI)	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens (VII)	11.000,00	863.000,00	158.000,00	-	-	-
Transferência de Capital	541.000,00	6.978.000,00	2.902.000,00	7.081.000,00	7.777.000,00	8.541.000,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
REC. FIS. DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)	541.000,00	6.978.000,00	2.902.000,00	7.081.000,00	7.777.000,00	8.541.000,00
Ded. das Receitas Correntes (IX)	-17.731.200,00	-20.059.000,00	-21.862.200,00	-25.070.600,00	-27.532.200,00	-30.234.800,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (X)=(III+VIII-IX)	144.634.800,00	165.384.000,00	170.943.800,00	197.311.400,00	215.904.800,00	236.154.200,00

(Continua)



**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
 Planejamento e Controle Interno**

(Continuação)

DESPESAS CORRENTES (XI)	133.083.697,00	140.456.170,00	130.271.634,40	172.008.026,37	187.861.426,40	205.777.661,51
Pessoal e Encargos Sociais	79.303.000,00	91.625.000,00	107.807.000,00	115.276.000,00	124.233.000,00	133.886.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XII)	568.000,00	592.000,00	564.000,00	1.218.000,00	1.335.000,00	1.480.000,00
Outras Despesas Correntes	53.212.697,00	48.239.170,00	22.900.634,40	55.514.026,37	62.293.426,40	70.411.661,51
DES. FIS. COR. (XIII)=(XI-XII)	132.515.697,00	139.864.170,00	129.707.634,40	170.790.026,37	186.526.426,40	204.297.661,52
DES. DE CAPITAL (XIV)	5.450.000,00	17.201.000,00	32.202.000,00	15.699.000,00	16.952.000,00	18.357.000,00
Investimentos	3.294.000,00	25.201.000,00	30.131.000,00	12.210.000,00	12.232.000,00	13.385.000,00
Inversões Financeiras	-	20.000,00	-	77.000,00	84.000,00	92.000,00
Amortização da Dívida (XV)	2.156.000,00	1.980.000,00	1.971.000,00	4.412.000,00	4.636.000,00	4.880.000,00
DES. FIS. DE CAPITAL (XVI)=(XIV-XV)	3.294.000,00	15.221.000,00	30.131.000,00	11.287.000,00	12.316.000,00	13.477.000,00
RES. DE CONT. (XVII)	0,7%					
da Receita Corrente Líquida	5.527.893,00	1.264.480,00	1.347.575,60	1.536.043,63	1.678.963,60	1.837.398,49
<b>DESPESAS DO PODER LEGISLATIVO (XVIII)</b>	<b>7.497.210,00</b>	<b>9.317.350,00</b>	<b>9.327.590,00</b>	<b>10.025.330,00</b>	<b>11.561.410,00</b>	<b>12.642.140,00</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS (XIX)=(XIII+XVI+XVII+XVIII)</b>	<b>148.834.800,00</b>	<b>165.567.000,00</b>	<b>170.498.800,00</b>	<b>193.638.400,00</b>	<b>212.082.800,00</b>	<b>232.254.200,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XX=X-XIX)</b>	<b>-4.200.000,00</b>	<b>-283.000,00</b>	<b>445.000,00</b>	<b>3.673.000,00</b>	<b>3.822.000,00</b>	<b>4.000.000,00</b>

Fonte: Divisão de Planejamento Orçamentário e Responsabilidade Fiscal da Prefeitura de Unai.

Nota: Sinais convencionais utilizados:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento
- .. Não se aplica dado numérico.

O resultado nominal é calculado a partir da variação da dívida consolidada líquida entre períodos. Assim sendo, a obtenção do resultado nominal requer que a meta de resultado primário seja contemplada. É muito importante destacar que os resultados nominais para os exercícios de 2016 e 2017 não são metas programadas, mas o valor efetivamente apurado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal em 31/12/2017.

Os valores referentes ao montante da dívida consolidada foram mensurados utilizando as mesmas projeções que geraram os valores das despesas com os juros e encargos da dívida e amortização financeira. Para a disponibilidade de caixa/bancos, aplicações financeiras, ativo realizável e restos a pagar processados, estabeleceu-se como meta a média aritmética dos valores observados em 2015 e em 2016. A seguir, o resultado nominal é apresentado para a Prefeitura de Unai.



**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
 Planejamento e Controle Interno**

Tabela 10 - Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida da Prefeitura de Unai (Valores em R\$)

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.640.065,76	22.314.553,25	21.922.000,00	18.127.000,00	14.230.000,00	10.220.000,00
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	16.640.065,76	22.314.553,25	21.922.000,00	18.127.000,00	14.230.000,00	10.220.000,00
DEDUÇÕES (II)	10.268.957,93	6.051.389,26	8.160.000,00	8.160.000,00	8.160.000,00	8.160.000,00
Disponibilidade de Caixa/Bancos	22.914.928,38	29.314.747,57	26.115.000,00	26.115.000,00	26.115.000,00	26.115.000,00
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Ativo Realizável	1.871.176,92	1.580.653,30	1.726.000,00	1.726.000,00	1.726.000,00	1.726.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	14.517.147,37	24.844.011,61	19.681.000,00	19.681.000,00	19.681.000,00	19.681.000,00
DÍV. CONSOL. LÍQUIDA (I-II)	6.371.107,83	16.263.163,99	13.762.000,00	9.967.000,00	6.070.000,00	2.060.000,00

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Tabela 11 - Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal da Prefeitura de Unai (Valores em R\$)

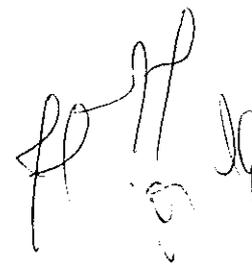
Especificação	2015 (a)	2016 (b)	2017 (c)	2018 (d)	2019 (e)	2020 (f)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.640.065,76	22.314.553,25	21.922.000,00	18.127.000,00	14.230.000,00	10.220.000,00
Deduções (II)	10.268.957,93	6.051.389,26	8.160.000,00	8.160.000,00	8.160.000,00	8.160.000,00
Disponibilidade de Caixa/Bancos	22.914.928,38	29.314.747,57	26.115.000,00	26.115.000,00	26.115.000,00	26.115.000,00
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Ativo Realizável	1.871.176,92	1.580.653,30	1.726.000,00	1.726.000,00	1.726.000,00	1.726.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	14.517.147,37	24.844.011,61	19.681.000,00	19.681.000,00	19.681.000,00	19.681.000,00
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III=I-II)	6.371.107,83	16.263.163,99	13.762.000,00	9.967.000,00	6.070.000,00	2.060.000,00
RECEITA DE PRIVATIZ. (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FIS. LÍQUIDA (III+IV-V)	6.371.107,83	16.263.163,99	13.762.000,00	9.967.000,00	6.070.000,00	2.060.000,00
RESULTADO NOMINAL	...	(b-a) 9.892.056,16	(c-b) -2.501.163,99	(d-c) -3.795.000,00	(e-d) -3.897.000,00	(f-e) -4.010.000,00

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Sinais convencionais utilizados:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

... Dado numérico não disponível.



**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
 Planejamento e Controle Interno**

**5. Projeções para o PIB do Município**

O Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (CEI/FJP) não disponibiliza informações sobre o PIB de Unaí de 2015 e de 2016 (FJP, 2017b). A instituição tampouco realiza projeções para o PIB do Município para o período 2018-2020. Desta forma, e considerando a necessidade de demonstrar a razão entre as metas fiscais e o PIB do Município, foram utilizados indicadores macroeconômicos de diferentes fontes para gerar as projeções acima mencionadas.

De acordo com o CEI/FJP, o PIB de Unaí em 2014 a preços correntes foi de R\$ 2.221.761.034,00 (FJP, 2017c). A variação real do PIB de Minas Gerais foi de -4,9% em 2015 (FJP, 2017a). Até o dia 28/3/2017, a informação para o PIB do Estado em 2016 ainda não havia sido divulgada. Este resultado mostra que a atividade econômica no Estado retraiu mais que o resultado global da economia brasileira em 2015, que atingiu -3,8% (IBGE, 2017b). Para encontrar o valor nominal do PIB do Município, e dada a inexistência de informações no CEI/FJP sobre o deflator implícito do PIB municipal ou estadual e tampouco de informações sobre o deflator implícito do PIB nacional após 2014 (IBGE, 2017a), trabalhou-se com a inflação oficial e projetada. Para 2015 e 2016, foram considerados os resultados para a economia brasileira: inflação de 10,67% e 6,29%, respectivamente (IPEADATA, 2017). De 2017 em diante, foram utilizados os mesmos indicadores macroeconômicos de projeção da receita.

Utilizando os dados das Tabelas 1 e 2, assim como as informações do CEI/FJP e do IBGE, foram calculados os seguintes valores para o PIB de Unaí no período 2015-2020:

Tabela 12 – Projeções para o PIB de Unaí no Período 2015-2020

Anos	Variáveis					
	Variação Real do PIB de Minas Gerais (%)	Deflator Implícito do PIB Nacional (%)	Variação Real do PIB Nacional (%)	Inflação pelo IPCA (%)	Projeções para o PIB Real de Unaí (R\$)	Projeções para o PIB Nominal de Unaí (R\$)
2015	-4,9	...	..	10,67	2.112.894.743,33	2.338.340.612,45
2016	...	...	-3,6	6,29	2.036.830.532,57	2.395.947.036,44
2017	...	...	0,5	7,77	2.047.014.685,24	2.595.022.681,78
2018	...	...	1,9	7,77	2.085.907.964,26	2.849.792.407,09
2019	...	...	1,9	7,77	2.125.540.215,58	3.129.574.481,39
2020	...	...	1,9	7,77	2.165.925.479,67	3.436.824.524,54

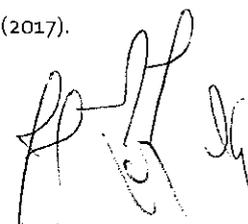
Fonte: Elaboração própria.

Nota: Nas projeções, trabalhou-se com informações da FJP (2017a, 2017c), IPEADATA (2017) e da TCB (2017).

Sinais convencionais utilizados:

.. Não se aplica dado numérico.

... Dado numérico não disponível.





**Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
Planejamento e Controle Interno**

**6. Referências Bibliográficas**

BACEN. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Demonstrativos Fiscais**: Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2016. 653 p. Disponível em: <[https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/542015/CPU\\_MDF\\_7\\_Edicao\\_versao\\_02\\_12\\_2016.pdf/feb524eb-4bac-483a-b16a-eb5184373167](https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/542015/CPU_MDF_7_Edicao_versao_02_12_2016.pdf/feb524eb-4bac-483a-b16a-eb5184373167)>. Acesso em: 6 mar. 2017. (Válido a partir do exercício financeiro de 2017 - Portaria STN nº 403 de 28 de junho de 2016.)

DEBUS, Ilvo; MORGADO, Jeferson Vaz. **Orçamento Público**. 3. ed. Brasília: Editora Vestcon, 2004. 293 p.

ERUMBAN; Abdul Azeez; DE VRIES, Klaas. **Global Growth Projections for The Conference Board Global Economic Outlook 2017**. Disponível em: <[https://www.conference-board.org/pdf\\_free/workingpapers/EPWP1607.pdf](https://www.conference-board.org/pdf_free/workingpapers/EPWP1607.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2017. (Economics Program Working Paper Series – November 2016.)

FJP. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais | 4º TRIMESTRE | 2015**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-trimestrais/612-monitor-fjp-pibmg-2015-4/file>>. Acesso em: 28 mar. 2017(a).

\_\_\_\_\_. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Informativo CEI: Produto Interno Bruto dos Municípios | 2010-2014 | Nova Série – Metodologia SNA/2008**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-municipais/674-informativo-pib-dos-municipios-2010-20142/file>>. Acesso em: 16 mar. 2017 (b).

\_\_\_\_\_. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Anexo Estatístico: Produto Interno Bruto dos Municípios | 2010-2014**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/12745-produto-interno-bruto-de-minas-gerais-pib-2>>. Acesso em: 16 mar. 2017(c).

GREENE, Willian H.. **Econometric Analysis**. 5. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2003. 1026 p.

GUJARATI, Damodar N.. **Econometria Básica**. 1. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. 846 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=12&op=0&vcodigo=SCN54&t=deflator-produto-interno-bruto>>. Acesso em: 28 mar. 2017(a).

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
Planejamento e Controle Interno

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 28 mar. 2017(b).

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

JOHNSTON, Jack; DINARDO, John. **Econometric Methods**. 4. ed. McGraw-Hill, 1997. 531 p.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**. 2. ed. Brasília: Editora Vestcon, 2004. 315 p.

SACHS, Jeffrey D.; LARRAIN B., Felipe. **Macroeconomia: Em uma Economia Global**. 4. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004. 848 p.

TCB. The Conference Board. **Global Economic Outlook 2017 - Charts & Tables**. Disponível em: <<https://www.conference-board.org/data/globaloutlook/index.cfm?id=27451>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

UN. United Nations. **World Economic Situation and Prospects 2017**. Disponível em: <[https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/publication/2017wesp\\_full\\_en.pdf](https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/publication/2017wesp_full_en.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2017.

**DANILO BIJOS CRISPIM**

Economista III

Corecon MG 6715

Matrícula 10007-8





Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
Planejamento e Controle Interno

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2018**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
Metodologia de Previsão da Arrecadação  
e Memória de Cálculo das Metas Fiscais

*Serviço Municipal de Saneamento Básico*



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2018

### 1. PARAMETRIZAÇÃO

É notório que atualmente há desconfiança de como a economia brasileira continuará reagindo nos próximos meses e ou anos, sabe-se que o cenário que se apresenta é bastante tímido quanto à retomada do crescimento econômico, principalmente quando se verifica os dois últimos resultados negativos consecutivos. Entretanto, nem tudo é pessimismo no mercado, há quem acredita que o país está começando a sair do “fundo do poço”, inclusive com projeções positivas para os próximos anos, e, paralelamente, espera-se o alcance e a permanência das metas de inflação em níveis mais baixos.

Traçar cenários tem relação direta com o estudo do passado, com análise criteriosa do presente e, a partir dos dados produzidos, faz-se as “projeções” em médio prazo. É nesse contexto que se trabalha com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, ou seja, realizando-se projeções para as finanças públicas, termo que engloba as receitas públicas, crédito público, despesas públicas e orçamento público, observando, entre outras variáveis, o PIB e a inflação nos períodos para os quais se pretende estimar as receitas e despesas.

A esse propósito, apresenta-se o quadro abaixo que traz as “tendências” de alguns indicadores para o triênio 2018-2020.

**Cenários macroeconômicos 2018-2020**

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Inflação Média Anual - IPCA	10,57%	6,29%	4,36%	4,50%	4,50%	6,06%
Juros sobre a Dívida - Selic	14,25%	13,25%	9,25%	9%	9%	9%
Variação Real do PIB Nacional	-3,8%	-3,6%	0,49%	2,39%	2,50%	2,50%
Variação Real do PIB MG	-4,9%	-2,7%				
Projeção PIB de Unai	2.281.292.419,47	2.359.316.498,41	2.474.247.392,96	2.647.384.091,41	2.835.679.284,91	3.082.709.485,81



# **Saae – Serviço Municipal de Saneamento Básico**

*Autorquia Municipal criada pela Lei nº 504, de 27.11.67 – Unai – Minas Gerais*



Diante desses dados, é importante frisar sobre os fundamentos que sustentam os cenários mencionados:

- De início, vale dizer que os percentuais de 10,67% de 2015 e 6,29% de 2016 referem-se à variação real do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o do período 2017-2019 foram baseados em estimativa de mercado realizada no ano corrente, conforme Panorama Macroeconômico – março de 2017 elaborado pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos - SEPLAN do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Preços e Inflação (IPCA), página 100, BCC/Focus: 03/03/2017, sendo de 4,36%, 4,50% e 4,50% para os anos 2017, 2018 e 2019, respectivamente, e, para 2020, fixou-se em 6,06%, o qual decorre da média geométrica dos índices previstos para o período 2015-2019. Nesse sentido, há também (<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/mercado-sobe-previsao-para-o-crescimento-do-pib-em-2017-e-2018.ghtml> - atualizado em 15/03/2017).
- Nos moldes do Panorama Macroeconômico – março de 2017 elaborado pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos - SEPLAN do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Mercados Financeiros, página 127, BCC/Focus: 03/03/2017, alíquotas efetivas da taxa de juros sobre a dívida (Selic) de 2015 (14,25%) e 2016 (13,65%) e as metas para 2017 (9,25%) 2018 (9%) 2019 (9%) e, por fim, 2020 (9%), para o qual resolveu-se dar continuidade ao percentual utilizado em 2019.
- Quanto à variação real do PIB nacional, os percentuais de 2015 (-3,8%) e de 2016 (-3,6%) referem-se a índices oficiais já divulgados pelo IBGE, porém as projeções de 2017 (0,49%), 2018 (2,39%) e 2019 (2,50%) estão baseadas no Panorama Macroeconômico – março de 2017 elaborado pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos - SEPLAN do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Atividade Econômica – PIB e Atividade Econômica Trimestral, página 48, BCC/Focus: 03/03/2017 e, ainda, nesse sentido (<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/mercado-sobe-previsao-para-o-crescimento-do-pib-em-2017-e-2018.ghtml> - atualizado em 15/03/2017). E, para 2020, decidiu-se pela



continuidade da projeção de 2019, pois atualmente (março de 2017) ainda não há segurança suficiente para projetar 2020.

- Em relação à variação do PIB de Minas Gerais – MG, houve recuo de 4,9% em 2015 (variação real ou em termos reais), inclusive foi maior que a retração do PIB Brasileiro (Nacional) no mesmo período, que é de 3,8% (<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/3460-pib-de-minas-gerais-retrai-4-9-em-2015>). Além disso, essa informação consta na LDO em vigor (2017), na página 33, tabela 20. Já para 2016, defendeu-se a “tese” de que o PIB de Minas em 2016 “poderá” apresentar um recuo de 2,7%, que, a priori, se concretizar, diferentemente do ano anterior, será inferior à queda do PIB Brasileiro em 2016 (3,6%). Essa “tese” está embasada no seguinte aspecto: *“No período que vai de janeiro a setembro de 2016, em relação ao mesmo período do ano passado, Minas Gerais apresentou redução de 3,1% do PIB. No mesmo período, e na mesma base de comparação, o PIB brasileiro decresceu 4,0%”*. (<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/3733-pib-de-minas-gerais-retrai-0-6-no-terceiro-trimestre-de-2016> - Título da matéria: O PIB de Minas Gerais retrai 0,6% no terceiro trimestre de 2016, Data de publicação - 19 dezembro 2016, no tópico “Acumulado no Ano”). Assim, se até setembro de 2016 o PIB Brasileiro representava um “recuo de 4%” e fechou o ano de 2016 com “recuo de 3,6”, ou seja, o recuo foi reduzido em 0,4. Então, se até setembro de 2016 o PIB MG representava um “recuo de 3,1%, logo, por proporcionalidade, também “poderá” fechar o ano de 2016 com “recuo de 2,7”, considerando aquele recuo de 0,4.
- Por fim, quanto à projeção do PIB de Unai, utilizou-se os mesmos cálculos e ou regras e ou metodologias utilizadas na LDO em vigor (2017) previstas na página 33, item 5, tabela 20 - Projeções para o PIB de Unai no Período 2014-2019, porém considerando desta tabela e a partir do PIB de Unai de 2014 que é de R\$ 2.221.761.000,00 a preços correntes, pois não há informação mais atualizada disponibilizada (divulgados em 2016 no site [www.fjp.mg.gov.br](http://www.fjp.mg.gov.br) em PIB MUNICIPAL - 2014 , conforme “Tabela 24” da página 26, PIB/2010-2014 Nova Série - Metodologia SNA/200).





## 2. METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

### 2.1. Receitas (ANEXO I)

Para a projeção do triênio 2018-2020, como ponto de partida, tem-se as receitas realizadas efetivamente no exercício de 2016, sobre as quais se aplicou o “Fator de Projeção Nominal Acumulado”, o qual foi encontrado seguindo a Metodologia dos Cenários Macroeconômicos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO em vigor (2017), mais especificamente, as tabelas 1, 2 e 3 constantes nas páginas 13 e 14.

Desta forma, para o exercício financeiro de 2018, 2019 e 2020, encontrou-se os seguintes fatores 1,1497, 1,2315 e 1,3388, respectivamente, os quais foram aplicados sobre o valor da arrecadação referente ao exercício de 2016.

### 2.2. Despesas (ANEXO II)

Para a projeção das despesas, conforme a seguir, utilizaram-se fatores diversos conforme a classificação da despesa em (i) Despesa com Pessoal e Encargos, (ii) Outras Despesas Correntes e (iii) Despesas com Investimentos.

Para as Despesas com Pessoal e Encargos, considerou-se o valor empenhado em 2016 acrescido da recomposição realizada no início de 2017, referente à inflação de 2016 (6,29%), do incremento decorrente da política de pessoal desta autarquia e, ainda, a projeção de inflação para 2017, que será a recomposição do início de 2018 (4,48%), chegando-se aos fatores de 1,2848, 1,3426 e 1,4031 de 2018, 2019 e 2020, respectivamente.

Nas demais despesas correntes, Outras Receitas Correntes, consideraram de igual modo o disposto anteriormente, exceto claro, a política de pessoal, também considerou o aumento além da recomposição da inflação de janeiro e fevereiro no exercício atual (2017) se



comparado com o mesmo período do ano anterior (2018), obtendo-se os fatores dos anos de 2018, 2019 e 2020, respectivamente, 1,2986, 1,3571 e 1,4182.

Feito isso, as despesas com investimentos ficaram com saldo residual decorrente da receita projetada para 2018 menos as despesas já mencionadas nos dois parágrafos anteriores.

## 2.3. Resultado Primário (ANEXO III)

No caso desta autarquia atualmente, as receitas primárias ou "não financeiras" correspondem às receitas fiscais líquidas, que são resultantes do total das receitas correntes e de capital, subtraído das receitas de aplicações financeiras (remuneração de depósitos) e alienação de ativos.

Por outro lado, as despesas primárias ou "não financeiras" coincidem com o total da despesa orçamentária fixada ou estimada.

O resultado primário é o esforço fiscal para se ter valor suficiente para pagamento dos compromissos da dívida, o qual decorrente da diferença entre as receitas primárias e despesas primárias, que, no caso deste ente, conforme breve histórico, é negativo inicialmente, quando da estimativa da meta, e positivo no final, quando da verificação de sua realização. Esse fato decorre do superávit apresentado pela diferença entre as receitas primárias arrecadadas e as despesas primárias empenhadas.

## 2.4. Resultado Nominal (ANEXO IV)

O resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano (x2) em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior (x1). Por exemplo, o resultado nominal de 2015 (dívida fiscal líquida de 2015 menos a dívida fiscal líquida de 2014, e o resultado nominal de 2016 (dívida fiscal líquida de 2016 e dívida fiscal líquida de 2015), assim sucessivamente, o que permite verificar a dívida pública no tempo.



Portanto, trata-se de indicador fiscal responsável pela mensuração do comportamento da dívida pública (aumento, continuidade ou redução) e, no caso desta autarquia, não há “estoque” de dívida em (x1) e também não há previsão de acréscimo de dívida em (x2), ou seja, para os próximos anos.

Assim, não há estoque da dívida, ou seja, o saldo permanece zerado e, por isso, por causa do método utilizado para apurar o resultado nominal, o saldo permanece negativo ou zerado, o que é um bom sinal, pois não há que se falar em endividamento e, se fosse o caso de previsão legal, haveria margem expressiva para a captação de operações de crédito sem o comprometimento do equilíbrio das contas desta organização.

## **2.5. Montante da Dívida Pública (ANEXO V)**

A dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do “ente da Federação”, assumidas em virtude da realização de operações de crédito; emissão de títulos; de leis, contratos, convênios ou tratados; precatórios judiciais.

Já a dívida Consolidada Líquida é o valor da dívida pública consolidada deduzida do ativo disponível líquido. O valor de ativo disponível líquido decorre do valor das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações) acrescido dos haveres financeiros de liquidez imediata e excluído do valor dos restos a pagar processados, que são as obrigações líquidas e certas.

Ressalta-se que, apesar da elaboração e da apresentação aqui realizada, tanto o resultado nominal quanto o montante da dívida pública, a priori, são conceitos e aplicações atípicas e até mesmo de certa forma distante da estrutura atual desta autarquia enquanto pessoa jurídica individualizada e, por consequência, o próprio conceito de resultado primário.

## **3. ANEXO DE METAS FISCAIS**

### **3.1. Metas Anuais (ANEXO I)**



De forma objetiva, as metas anuais dos próximos anos, ou seja, 2018-2020, tem por objetivo demonstrar o possível comportamento ou comparação da estimativa das receitas, das despesas, do resultado primário, do resultado nominal e da dívida pública com o valor dos bens e serviços produzidos ou projetados para o Município nos respectivos anos, conforme a mensuração do PIB de Unaí naqueles períodos.

Trata-se de projeções, de expectativas, ou seja, de metas, que serão avaliadas se foram ou não cumpridas em momento posterior, sempre tendo como parâmetro o PIB do Município, ou seja, o que representam em relação ao PIB do período a que se referem.

### **3.2. Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior (ANEXO II)**

Como dito no tópico anterior, este é o momento posterior que se analisa as metas previstas anteriormente. Vale ressaltar o que foi dito anteriormente, ou seja, que o resultado primário inicial, quando da fixação da meta, é negativo e, posteriormente, ao verificar a realização, é positivo.

Assim, sob o ponto de vista fiscal, a previsão era que no exercício de 2016, fosse gerado um déficit primário de “menos” R\$ 4.712.000,00 oriundos da diferença de receitas primárias (não financeiras) na ordem de R\$ 38.943.000,00 e despesas primárias (não financeiras) de R\$ 43.655.000,00. Porém, ao final do exercício, o valor dos recursos primários superou as expectativas e chegou na ordem de R\$ 17.106.117,54 enquanto dispêndios primários registraram R\$ 15.464.452,57, gerando assim um superávit primário de R\$ 1.641.664,88, que, apesar do crescimento da despesa em relação à previsão inicial, decorre do crescimento significativo das receitas no período.

Portanto, ao verificar o comportamento das receitas e despesas desta autarquia no ano de 2016 em relação ao valor dos bens e serviços produzidos ou projetados para o Município – PIB (R\$ 2.359.316.498,41), percebe-se que em ambos os casos (receitas e despesas) ficaram acima do previsto de quando se elaborou a LDO.



Por causa dos motivos já explicados anteriormente, não há necessidade de se entrar no mérito do comportamento do resultado nominal e da dívida pública.

### **3.3. Metas Atuais Comparadas com às Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (ANEXO III)**

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2015, 2016 e 2017) e para os dois subsequentes (2019 e 2020).

De início, cabe a ressalva que a diminuição do valor da meta de 2018, 2019 e 2020 em relação aos três exercícios anteriores decorre da retirada da previsão da receita e fixação da despesa de capital no valor de R\$ 25.000.000,00, por causa da diluição da expectativa de sua realização, o que não significa que a gestão atual deixou ou deixará de persegui-las.

Portanto, esse descompasso entre valores de um exercício para o outro é perfeitamente compreensível. Através desse demonstrativo, em especial após a análise do comportamento das receitas e despesas nos exercícios anteriores (2015, 2016), permite aferir que haverá continuidade da trajetória de equilíbrio das contas desta autarquia.

Outra vez, aparece a meta do resultado primário negativa, o que não deve gerar qualquer tipo de apreensão, pois, conforme dito anteriormente, ao final do exercício esse resultado tem sido revertido. Além disso, em tese, certo é que não há que se preocupar em percorrer o valor positivo para o resultado primário a qualquer custo, pois, esse valor, no caso deste ente, não terá direcionamento para o pagamento de compromissos com dívida.

### **3.4. Evolução do Patrimônio Líquido (ANEXO IV)**

É claro o crescimento do patrimônio líquido individual da autarquia em 2016, conforme apresentado no demonstrativo específico que contém os dados realizados do período 2014-2016. Além de outros fatores que contribuem, a evolução se dá basicamente por intermédio do superávit patrimonial apurado na demonstração das variações patrimoniais - DVP através da

8



diferença entre as variações ativas e passivas, que posteriormente é transferido para o patrimônio líquido como resultado do exercício.

### 3.5. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos (ANEXO V)

De certa forma, como regra, o objetivo aqui é impedir que receitas de capital sejam utilizadas na manutenção da administração pública (despesas correntes) e, para isso, deve-se evidenciar a aplicação da receita da capital (alienação de bens) em despesas de capital ou, de forma excepcional, em despesas correntes do tipo previdenciária.

Assim, para melhor explanação, segue as informações

Saldo inicial de 2014: R\$ 82.435,33	Saldo inicial de 2015: R\$ 82.830,22	Saldo inicial de 2016: R\$ 22.592,63
+ Alienação de Bens: R\$ 0,00	+ Alienação de Bens: R\$ 0,00	+ Alienação de Bens: R\$ 0,00
+ Aplicação Financeira: R\$ 1.083,37	+ Aplicação Financeira: R\$ 3.973,03	+Aplicação Financeira: R\$ 32.448,64
(-) Investimentos: R\$ 688,48	(-) Investimentos: R\$ 64.210,62	(-) Investimentos: R\$ 0,00
= Saldo Final de 2014: R\$ 82.830,22	= Saldo Final de 2015: R\$ 22.592,63	= Saldo Final de 2016: R\$ 25.041,27

No período de 2014 a 2016, apesar da transferência de saldo de um exercício para o outro, houve uma redução considerada nos saldos por causa da aplicação ou destinação exclusiva dos recursos em despesas de capital ou investimentos e, ainda, não ocorreu novas receitas de alienações no período, restando apenas as entradas vinculadas provenientes da aplicação financeira do valor residual que perpassa de um exercício para o outro.

### 3.6. Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (ANEXO VI)

Não se aplica, pois se trata de autarquia específica deste município (UNAPREV) que atua como regime peculiar de previdência de seus servidores.



## **3.7. Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (ANEXO VII)**

A administração pública tem o papel de criar condições positivas para o desenvolvimento local, sendo a renúncia de receita um dos instrumentos para se atuar nesse sentido, observado a manutenção do equilíbrio fiscal de suas contas. Trata-se, por exemplo, de um atrativo para a manutenção das empresas já existentes no município e a instalação de novas para a geração de emprego, renda e, também, ainda que em segundo plano, do aumento da arrecadação tributária em longo prazo.

Entretanto, vale ressaltar que a LRF menciona que o instituto da renúncia de receita se refere a tributos, ou seja, impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuições parafiscais ou sociais, empréstimos compulsórios. Portanto, não alcança as tarifas cobradas por esta autarquia na prestação de serviços na área de saneamento, pois as tarifas têm natureza contratual (bilateral) enquanto os tributos ou as taxas decorrem do poder de império (unilateral).

## **3.8. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (ANEXO VIII)**

A Lei de Responsabilidade Fiscal é prudente ao exigir que a LDO disponha antecipadamente sobre a capacidade de expandir os gastos com despesas obrigatórias de caráter continuado. Essa capacidade é medida de acordo com o comportamento positivo e permanente das receitas, ou seja, o “aumento das despesas obrigatórias continuadas” deve caminhar na mesma proporção que o “aumento permanente das receitas”, caso contrário estaria assumindo nova obrigação sem a correspondente fonte para pagamento.

Não é por acaso que há previsão expressa nesse sentido, ou seja, nenhuma despesa classificada como obrigatória de caráter continuado, cujo conceito se encontra no art. 17 da LRF, poderá ser criada sem a devida fonte de financiamento para sua cobertura total, mantendo assim o vínculo entre a origem e a aplicação.

É a partir da prática do “aumento permanente da receita” e ou da “redução permanente da despesa” que se tem o valor a ser utilizado para as despesas obrigatórias de caráter

10



continuado, ou seja, chega-se à “margem de expansão bruta” da qual se abstrai o valor das despesas obrigatórias de caráter continuado já compromissado, obtendo assim a “margem de expansão líquida”, que é o valor livre para a expansão ou crescimento de novas despesas.

Neste projeto de lei, considerou-se como estimativa de acréscimo permanente de receita, o crescimento da atividade econômica de 2018 que refletirá diretamente na arrecadação das receitas correntes desse período, em especial a de serviços e, para isso, utilizou-se a taxa de crescimento projetada para o PIB Nacional de 2,39% que foi aplicada sobre o valor previsto no orçamento de 2017 (R\$ 17.079.000,00) para se obter o valor do aumento permanente da receita corrente de R\$ 408.188,10.

Não houve projeção de hipótese de redução permanente de despesas no período, portanto a “margem bruta de expansão de despesas” no ano é de R\$ 408.188,10, que foi totalmente utilizada nas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - DOCC já existentes, não restando, pelo menos por enquanto, “margem líquida de expansão de despesas”, a qual poderá ser revista a qualquer tempo se o aumento da receita for além daquela expectativa.

### 3.9. Projeções Atuariais do RPPS (ANEXO IX)

Não se aplica, pois se trata de autarquia específica deste município (UNAPREV) que atua como regime peculiar de previdência de seus servidores.

## 4. DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS (ANEXO DE RISCOS FISCAIS)

De início, vale ressaltar que os passivos contingentes previstos no anexo de riscos fiscais desta autarquia decorrem de “ações e demandas judiciais” e de “frustração de receitas”, sendo que no primeiro caso o valor foi informado pela assessoria jurídica e, no outro caso, frustração de receitas é de R\$ 522.123,71, que decorreu da seguinte estrutura:

Valor projetado para ser arrecadado em 2018: R\$ 20.714.151,85

(-) Valor estimado para ser arrecadado em 2017, média de janeiro a março multiplicado por doze meses,



# Saae – Serviço Municipal de Saneamento Básico

Autarquia Municipal criada pela Lei nº 504, de 27.11.67 – Unai – Minas Gerais



acrescido da inflação da inflação de 2018 (IPCA de 2017 – 4,36%): R\$ 19.783.839,69  
(-) Aumento permanente de receita, conforme possível crescimento do PIB Nacional de 2018 (2,49%), disposto no relatório de margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado: R\$ 408.188,10  
= Risco de frustração de receita: R\$ 522.123,71

É importante frisar o conceito de passivo contingente e a razão de não configurar e de não a registrar desde o seu surgimento como passivo desta entidade.

Na verdade, trata-se de uma “obrigação possível” que resulta de eventos passados (por exemplo, as ações judiciais em curso) e sua existência será confirmada ou não no futuro próximo, portanto a entidade não tem total controle sobre o passivo contingente.

Assim, não são reconhecidos de imediato como passivo porque são “obrigações possíveis”, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. Por isso, basta sua previsão neste anexo.

## 5. PRIORIDADES E METAS DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – SAAE UNAI (ANEXO DE PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS)

Os programas e ações prioritárias para 2018, conforme Plano Plurianual - PPA vigente (2014-2017), que, com certeza serão alvos do próximo planejamento de médio prazo (2018-2021), são os seguintes:

Programa: 0061 - Água é vida	
Ações:	Meta
1121 - Ampliação, reforma ou reaparelhamento do sistema de água.	Física:
1122 - Construção de unidades de captação, elevação, tratamento e reservação de água.	1

Programa: 0062 - Saneamento Sustentável	
Ações:	Meta
1123 - Ampliação, reforma ou reaparelhamento do sistema de esgoto.	Física:
	1



## **Saae – Serviço Municipal de Saneamento Básico**

*Autarquia Municipal criada pela Lei nº 504, de 27.11.67 – Unai – Minas Gerais*

---



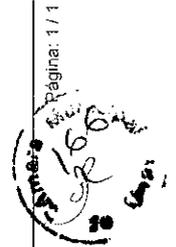
Trata-se de ações e programas que vão ao encontro das necessidades deste município, em especial quanto à aprovação de novos loteamentos e outros que estão na iminência de serem aprovados, o que pressupõe, ainda que de forma lenta e a longo prazo, o crescimento da população unaiense na mesma proporção e, por isso, gera a responsabilidade do aumento da capacidade de produção de água e, por consequência, o aumento do tratamento do esgoto.



**Serviço Municipal de Saneamento Básico**  
Estado de Minas Gerais

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
Anexo I - Receitas  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ORÇADA		PREVISÃO		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Receitas Correntes	14.870.383,62	18.016.356,40	17.079.000,00	20.713.404,95	22.187.142,91	24.120.297,95	
Receita Patrimonial	780.489,84	911.268,45	896.000,00	1.047.685,34	1.122.227,10	1.220.006,20	
Receita De Serviços	13.464.188,74	16.293.493,67	15.464.000,00	18.732.629,67	20.065.437,45	21.813.729,33	
Outras Receitas Correntes	625.705,04	811.594,28	719.000,00	933.089,94	999.478,36	1.086.562,42	
<b>Receitas De Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências De Capital	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL:</b>	<b>14.870.383,62</b>	<b>18.016.356,40</b>	<b>42.079.000,00</b>	<b>20.713.404,95</b>	<b>22.187.142,91</b>	<b>24.120.297,95</b>	





**Serviço Municipal de Saneamento Básico**  
Estado de Minas Gerais  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
Anexo II - Despesas  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			ORÇADA			PREVISÃO					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Despesas Correntes</b>	<b>12.255.522,68</b>	<b>14.470.746,80</b>	<b>15.248.186,70</b>	<b>18.776.456,98</b>	<b>20.100.788,08</b>	<b>21.517.731,96</b>						
Pessoal E Encargos Sociais	6.007.487,36	6.977.608,33	8.590.662,46			10.318.487,20						
Juros E Encargos Da Dívida	0,00	0,00				0,00						
Outras Despesas Correntes	6.248.035,32	7.493.138,47	6.657.524,24	9.772.551,19	10.461.919,93	11.199.244,76						
<b>Despesas De Capital</b>	<b>603.654,31</b>	<b>993.705,77</b>	<b>26.830.813,30</b>	<b>1.936.947,97</b>	<b>2.086.354,83</b>	<b>2.602.565,99</b>						
Investimentos	603.654,31	993.705,77	26.830.811,30	1.936.947,97	2.086.354,83	2.602.565,99						
Inversões Financeiras	0,00	0,00	2,00			0,00						
Amortização Da Dívida	0,00	0,00				0,00						
Reserva De Contingência Ou Reserva Do Rpps	0,00	0,00				0,00						
<b>TOTAL:</b>	<b>12.859.176,99</b>	<b>15.464.452,57</b>	<b>42.079.000,00</b>	<b>20.713.404,95</b>	<b>22.187.142,91</b>	<b>24.120.297,95</b>						

*[Handwritten signature]*





**Serviço Municipal de Saneamento Básico**  
Estado de Minas Gerais  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
Anexo III - Resultado Primário  
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE ( III )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS CORRENTES ( I )</b>	<b>14.870.383,62</b>	<b>18.016.356,40</b>	<b>17.079.000,00</b>	<b>20.713.404,95</b>	<b>22.187.142,91</b>	<b>24.120.297,95</b>
Receita Patrimonial	780.489,84	911.268,45	896.000,00	1.047.685,34	1.122.227,10	1.220.006,20
Receitas De Valores Mobiliários	760.488,84	911.268,45	896.000,00	1.047.685,34	1.122.227,10	1.220.006,20
Dividendos	1.277,34	1.029,50	2.000,00	1.183,62	1.267,83	1.378,29
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS ( II )</b>	<b>759.211,50</b>	<b>910.238,95</b>	<b>894.000,00</b>	<b>1.046.501,72</b>	<b>1.120.959,27</b>	<b>1.218.627,91</b>
Remuneração De Depósitos Bancários	759.211,50	910.238,95	894.000,00	1.046.501,72	1.120.959,27	1.218.627,91
Remuneração De Depósitos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração De Saldos De Recursos Não Desembolsados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Dos Investimentos Do Regime Próprio De Previdência Do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração De Depósitos De Recursos Vinculados	5.024,32	2.529,84	6.000,00	2.908,56	3.115,50	3.386,95
Remuneração De Depósitos De Recursos Não Vinculados	754.187,18	907.709,11	888.000,00	1.043.593,16	1.117.843,77	1.215.240,96
Receita De Cessão De Direitos	20.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita De Cessão Do Direito De Operacionalização De Pagamentos	20.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita De Cessão Do Direito De Operacionalização Da Folha De Pagamento De Pessoal	20.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita De Serviços	13.464.188,74	16.293.493,67	15.464.000,00	18.732.629,67	20.065.437,45	21.813.729,33
Serviços De Captação, Adução, Tratamento, Reserva E Distribuição De Água - Saee	8.630.823,50	10.103.239,98	9.913.000,00	11.615.695,01	12.442.140,04	13.526.217,69
Serviços De Coleta, Transporte, Tratamento E Destino Final De Esgotos - Saee	4.534.604,56	5.715.445,82	5.208.000,00	6.571.048,06	7.038.571,53	7.651.838,86
Serviços De Religamento De Água	105.152,41	178.620,11	121.000,00	205.359,54	219.970,67	239.136,60
Outros Serviços	193.608,27	296.187,76	222.000,00	340.527,07	364.755,23	396.536,17
Outras Receitas Correntes	625.705,04	811.594,28	719.000,00	933.089,94	999.478,36	1.086.562,42
Multas E Juros De Mora	217.620,86	303.554,77	250.000,00	348.996,92	373.827,70	406.399,13
Multas De Outras Drgens	217.620,86	303.554,77	250.000,00	348.996,92	373.827,70	406.399,13
Multas Por Auto De Infração	217.620,86	303.554,77	250.000,00	348.996,92	373.827,70	406.399,13
Indenizações E Restituições	408.084,18	508.039,51	469.000,00	584.093,02	625.650,66	680.163,30
Restituições	408.084,18	508.039,51	469.000,00	584.093,02	625.650,66	680.163,30
Outras Restituições	408.084,18	508.039,51	469.000,00	584.093,02	625.650,66	680.163,30

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I - II + III)	14.111.172,12	17.106.117,45	16.185.000,00	19.666.903,23	21.066.183,64	22.901.670,04
<b>RECEITAS DE CAPITAL (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências De Capital	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências De Convênios	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferência De Convênios Da União E De Suas Entidades	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferência De Convênios Da União Destinadas A Programas De Saneamento Básico	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XI) = (IV + IX + X)</b>	<b>14.111.172,12</b>	<b>17.106.117,45</b>	<b>41.185.000,00</b>	<b>19.666.903,23</b>	<b>21.066.183,64</b>	<b>22.901.670,04</b>
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>14.870.383,62</b>	<b>18.016.356,40</b>	<b>42.079.000,00</b>	<b>20.713.404,95</b>	<b>22.187.142,91</b>	<b>24.120.297,95</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (XII)</b>	<b>12.255.522,68</b>	<b>14.470.746,80</b>	<b>15.248.186,70</b>	<b>18.776.456,98</b>	<b>20.100.788,08</b>	<b>21.517.731,96</b>
Juros e encargos da dívida (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal E Encargos Sociais	6.007.487,36	6.977.608,33	8.590.662,46	9.003.905,79	9.638.868,15	10.318.487,20
Outras Despesas Correntes	6.248.035,32	7.493.138,47	6.657.524,24	9.772.551,19	10.461.919,93	11.199.244,76
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	12.255.522,68	14.470.746,80	15.248.186,70	18.776.456,98	20.100.788,08	21.517.731,96
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XV)</b>	<b>603.654,31</b>	<b>993.705,77</b>	<b>26.830.813,30</b>	<b>1.936.947,97</b>	<b>2.086.354,83</b>	<b>2.602.565,99</b>
Investimentos	603.654,31	993.705,77	26.830.811,30	1.936.947,97	2.086.354,83	2.602.565,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	603.654,31	993.705,77	26.830.813,30	1.936.947,97	2.086.354,83	2.602.565,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)</b>	<b>12.859.176,99</b>	<b>15.464.452,57</b>	<b>42.079.000,00</b>	<b>20.713.404,95</b>	<b>22.187.142,91</b>	<b>24.120.297,95</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>12.859.176,99</b>	<b>15.464.452,57</b>	<b>42.079.000,00</b>	<b>20.713.404,95</b>	<b>22.187.142,91</b>	<b>24.120.297,95</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XI - XIX)</b>	<b>1.251.995,13</b>	<b>1.641.664,88</b>	<b>-894.000,00</b>	<b>-1.046.501,72</b>	<b>-1.120.959,27</b>	<b>-1.218.627,91</b>





**Serviço Municipal de Saneamento Básico**  
Estado de Minas Gerais  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
Anexo IV - Resultado Nominal  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES ( II )	6.963.675,22	9.225.977,63	8.094.826,43	8.094.826,43	8.094.826,43	8.094.826,43
Ativo Disponível	6.976.140,73	9.231.978,83	8.104.059,78	8.104.059,78	8.104.059,78	8.104.059,78
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a Pagar Processados	12.465,51	6.001,20	9.233,35	9.233,35	9.233,35	9.233,35
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) = ( I - II )</b>	<b>-6.963.675,22</b>	<b>-9.225.977,63</b>	<b>-8.094.826,43</b>	<b>-8.094.826,43</b>	<b>-8.094.826,43</b>	<b>-8.094.826,43</b>
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES ( IV )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS ( V )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )</b>	<b>-6.963.675,22</b>	<b>-9.225.977,63</b>	<b>-8.094.826,43</b>	<b>-8.094.826,43</b>	<b>-8.094.826,43</b>	<b>-8.094.826,43</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>165.991,09</b>	<b>-2.262.302,41</b>	<b>1.131.151,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>





**Serviço Municipal de Saneamento Básico**  
Estado de Minas Gerais  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
Anexo V - Montante da Dívida Pública  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	7.129.666,31	6.963.675,22	9.225.977,63	8.094.826,43	8.094.826,43	8.094.826,43	8.094.826,43
Ativo Disponível	7.129.666,31	6.976.140,73	9.231.978,83	8.104.059,78	8.104.059,78	8.104.059,78	8.104.059,78
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a Pagar Processados	0,00	12.465,51	6.001,20	9.233,35	9.233,35	9.233,35	9.233,35
Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>-7.129.666,31</b>	<b>-6.963.675,22</b>	<b>-9.225.977,63</b>	<b>-8.094.826,43</b>	<b>-8.094.826,43</b>	<b>-8.094.826,43</b>	<b>-8.094.826,43</b>





## Serviço Municipal de Saneamento Básico

Estado de Minas Gerais  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Anexo I - Metas Anuais  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB x 100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB x 100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB x 100)
Receita Total	20.713.404,95	19.821.440,14	0,001	22.187.142,91	20.317.896,44	0,001	24.120.297,95	20.825.676,01	0,001
Receita Não-Financeira	19.666.903,23	18.820.003,09	0,001	21.066.183,64	19.291.376,96	0,001	22.901.670,04	19.773.502,02	0,001
Despesa Total	20.713.404,95	19.821.440,14	0,001	22.187.142,91	20.317.896,44	0,001	24.120.297,95	20.825.676,01	0,001
Despesa Não-Financeira	20.713.404,95	19.821.440,14	0,001	22.187.142,91	20.317.896,44	0,001	24.120.297,95	20.825.676,01	0,001
Resultado Primário	-1.046.501,72	-1.001.437,05	0,000	-1.120.959,27	-1.026.519,48	0,000	-1.218.627,91	-1.052.173,99	0,000
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Dívida Consolidada Líquida	-8.094.826,43	-7.746.245,39	0,000	-8.094.826,43	-7.412.844,72	0,000	-8.094.826,43	-6.989.143,87	0,000

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2018	2019	2020
PIB Real (crescimento % anual)		2,39	2,39
Taxa real de juro sobre a dívida líquida do governo (média % anual)		9,00	9,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final de ano)			
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação		4,50	4,50
Projeção do PIB do Estado (em milhares)		2.647.384,09	2.835.679,28
			3.082.709,49

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2018	2019	2020
Valor Corrente / 1,0450	Valor Corrente / 1,0920	Valor Corrente / 1,1582





## Serviço Municipal de Saneamento Básico

Estado de Minas Gerais

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2016 (a)	% PIB	Metas Realizadas 2016 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b - a)	% (c / a x 100)
Receita Total	39.700.000,00	1.682,69	18.016.356,40	763,63	-21.683.643,60	-54,62
Receita Não-Financeira ( I )	38.943.000,00	1.650,61	17.106.117,45	725,05	-21.836.882,55	-56,07
Despesa Total	39.700.000,00	1.682,69	15.464.452,57	655,46	-24.235.547,43	-61,05
Despesa Não-Financeira ( II )	39.700.000,00	1.682,69	15.464.452,57	655,46	-24.235.547,43	-61,05
Resultado Primário ( I - II )	-757.000,00	-32,09	1.641.664,88	69,58	2.398.664,88	-316,86
Resultado Nominal	-2.262.302,41	-95,89	-2.262.302,41	-95,89	0,00	0,00
Divida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida	-9.225.977,63	-391,04	-9.225.977,63	-391,04	0,00	0,00

PIB estadual Previsto e Realizado para 2016

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2016	2.359.316,50

*Handwritten signature*





**Serviço Municipal de Saneamento Básico**  
Estado de Minas Gerais  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores**  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2015	2016	%	2017	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	37.825.000,00	39.700.000,00	4,96	42.079.000,00	20.713.404,95	5,99	22.187.142,91	7,11	24.120.297,95	8,71
Receita Não-Financeira	37.443.000,00	38.943.000,00	4,01	41.185.000,00	19.666.503,23	5,76	21.066.183,64	7,11	22.901.670,04	8,71
Despesa Total	37.825.000,00	39.700.000,00	4,96	42.079.000,00	20.713.404,95	5,99	22.187.142,91	7,11	24.120.297,95	8,71
Despesa Não-Financeira	37.825.000,00	39.700.000,00	4,96	42.079.000,00	20.713.404,95	5,99	22.187.142,91	7,11	24.120.297,95	8,71
Resultado Primario	-382.000,00	-757.000,00	98,17	-894.000,00	-1.046.501,72	18,10	-1.120.959,27	7,11	-1.218.627,91	8,71
Resultado Nominal	165.991,09	-2.262.302,41	-1,462,91	-1.131.151,20	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Divida Pública Consolidada	0,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Divida Consolidada Líquida	-6.963.675,22	-9.225.977,63	32,49	-8.094.826,43	-8.094.826,43	0,00	-8.094.826,43	0,00	-8.094.826,43	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2015	2016	%	2017	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	41.955.490,00	41.430.920,00	-1,25	42.079.000,00	19.821.440,14	1,56	20.317.896,44	2,50	20.825.676,01	2,50
Receita Não-Financeira	41.531.775,60	40.640.914,80	-2,15	41.185.000,00	18.820.003,09	1,34	19.291.376,96	2,50	19.773.502,02	2,50
Despesa Total	41.955.490,00	41.430.920,00	-1,25	42.079.000,00	19.821.440,14	1,56	20.317.896,44	2,50	20.825.676,01	2,50
Despesa Não-Financeira	41.955.490,00	41.430.920,00	-1,25	42.079.000,00	19.821.440,14	1,56	20.317.896,44	2,50	20.825.676,01	2,50
Resultado Primario	-423.714,40	-790.005,20	86,45	-894.000,00	-1.001.437,05	13,16	-1.026.519,48	2,50	-1.052.173,99	2,50
Resultado Nominal	184.117,32	-2.360.938,80	-1,382,30	-1.131.151,20	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Divida Pública Consolidada	0,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Divida Consolidada Líquida	-7.724.108,55	-9.628.230,25	24,65	-8.094.826,43	-7.746.245,39	-15,93	-7.412.844,72	-4,30	-6.989.143,87	-5,72

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

ÍNDICES DE INFLAÇÃO		
2015	2016	2017
10,67	6,29	4,36
		4,50
		4,50
VALORES DE REFERÊNCIA		
Valor Corrente * 1,1092	Valor Corrente * 1,0436	Valor Corrente / 1,0450
		Valor Corrente / 1,0920
		Valor Corrente / 1,1582

\* Inflação Média (% Anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE



**Serviço Municipal de Saneamento Básico**  
**Estado de Minas Gerais**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
**Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido**  
**2018**



Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>
Patrimônio / Capital	51.043.960,26	92,47	48.657.615,52	93,66	45.082.560,18	90,16
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	4.156.636,83	7,53	3.291.777,02	6,34	4.923.015,53	9,84
<b>TOTAL</b>	<b>55.200.597,09</b>	<b>100,00</b>	<b>51.949.392,54</b>	<b>100,00</b>	<b>50.005.575,71</b>	<b>100,00</b>

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>						
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Serviço Municipal de Saneamento Básico**  
Estado de Minas Gerais  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Anexo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos  
2018

Art. 4º, §2º, inciso III da LRF

	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
<b>RECEITAS REALIZADAS</b>			
<b>RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>	0,00	0,00	72.645,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	72.645,00
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>			
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>	0,00	64.210,62	688,48
Despesas de Capital	0,00	64.210,62	688,48
Investimentos	0,00	64.210,62	688,48
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III)</b>	<b>(g) = ((Ia - IIc) + IIIb) - (IIb - IIe) + IIII</b>	<b>(h) = ((Ib - IIe) + IIII)</b>	<b>(I) = (Ic - IIII)</b>
	7.745,90	7.745,90	71.956,52

NOTA: Si 2014: 82.435,33 + A. F.: 1.083,37 (-) Inv.: 688,48 = Si 2014: 82.830,22 + A. F.: 3.973,03 (-) Inv.: 64.210,62 = Si 2015: 22.592,63 / Si 2016: 22.592,63+ A. F.: 2.448,64 (-) Inv. 0,00 = Si 2016: R\$ 25.041,27.





## Serviço Municipal de Saneamento Básico

Estado de Minas Gerais

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

Anexo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Carater Continuada

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF



EVENTO	2018
<b>Aumento Permanente da Receita</b>	<b>408.188,10</b>
( + ) Serviço Municipal de Saneamento	408.188,10
Saldo Final do Aumento Perm. de Receita ( I )	408.188,10
<b>Redução Permanente das Despesas</b>	
( + ) Serviço Municipal de Saneamento Básico - SAAE	408.188,10
Saldo Utilizado ( IV )	408.188,10
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC ( III - IV )</b>	<b>0,00</b>

*[Handwritten signature and date]*  
10/11/18



**Serviço Municipal de Saneamento Básico**  
Estado de Minas Gerais  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**  
Anexo de Riscos Fiscais  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
2018  
Art. 4º, §3º da LRF



**PASSIVO CONTINGENTE**

RISCO		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Vajor	Descrição	Valor
Ações e Demandas Judiciais, conforme ações judiciais anunciadas pela Assessoria Jurídica.	250.000,00	Programar dotação orçamentária específica para efetuar o pagamento de ações judiciais iminentes contra o Serviço Municipal de Saneamento Básico - SAAE.	250.000,00
Frustração de valor estimado para a receita que excede a recomposição de inflação prevista para 2018 (IPCA de 2017 - 4,36%) e o crescimento rela do PIB Nacional de 2,39%.	522.123,71	Controlar a execução orçamentária e financeira bimestralmente da despesa e, se for o caso, realizar a limitação de empenho para preservar o equilíbrio entre as entradas (receitas arrecadadas) e os compromissos (despesas empenhadas).	522.123,71
<b>SUBTOTAL</b>	<b>772.123,71</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>772.123,71</b>
<b>TOTAL</b>	<b>772.123,71</b>	<b>TOTAL</b>	<b>772.123,71</b>

Nota:  
Riscos Fiscais: Emergências, calamidade pública, frustrações de arrecadação previstas, despesas planejadas a menor.  
Eventos Fiscais Imprevistos: Extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2018**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
Metodologia de Previsão da Arrecadação  
e Memória de Cálculo das Metas Fiscais

*Instituto de Previdência dos Servidores Públicos  
Municipais de Unai*



Proposta LDO 2018

#### Considerações iniciais

Respeitados os termos do artigo 3º, XXI da Lei 2198/2004, alterado pela Lei 2.383/2006 incumbiu ao conselho de administração à proposição de diretrizes orçamentárias, apresento relatório baseado no estudo histórico do desempenho de receitas e despesas deste RPPS com vistas a subsidiar a elaboração dos anexos necessários ao acompanhamento do texto da LDO do próximo exercício.

#### Da metodologia

Para efeito das estimativas das despesas foi considerado o histórico da execução de exercícios anteriores, excluídos fatos excepcionais advindos de decisões pontuais do Conselho de Administração em conjunto com a presidência deste RPPS. Considerou-se nas projeções, o crescimento esperado em decorrência de reajuste de benefícios e inclusões de novos segurados. **Importante** frisar que, existe precariedade nas premissas adotadas para estimar novas inclusões, vez que falta a este Instituto informações mais detalhadas da vida laboral da totalidade de seus segurados.

Para efeito das receitas, admitiu-se como base de cálculo para contribuições funcionais e patronais, a competência de dezembro de 2016 corrigidas monetariamente segundo o índice de recomposição utilizado pela administração pública municipal. Após apurada nova base de cálculo, projetou-se o valor futuro das contribuições admitindo correções futuras esperadas, bem como, o crescimento natural das despesas de pessoal. Todas as estimativas de receitas observaram o mesmo critério de atualização, excetuando a receita de aporte financeiro que atualmente tem seu valor fixado pela Lei 2.926/2014.

#### Considerações finais

Ressaltamos que mudanças em leis federais podem ocasionar incremento na despesa deste RPPS, que a alteração na proposição de amortização do déficit atuarial também importa em substanciais alterações nas receitas deste RPPS.

Integram essa proposta, o Anexo 1 e 2, contendo tabelas de 1, 2 e 3.

Fonte: Diretoria dos Serviços de Contabilidade e tesouraria.



Tabela 1

## Estimativa da Despesa - RPPS

CATEGORIAS ECONÔMICAS E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Previsão		
	2018	2019	2020
Despesas Correntes	R\$ 21.977.282,06	R\$ 24.614.555,90	R\$ 27.568.302,61
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 857.101,20	R\$ 959.953,35	R\$ 1.075.147,75
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 21.120.180,85	R\$ 23.654.602,56	R\$ 26.493.154,86
Despesas de Capital	R\$ 27.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 29.000,00
Investimentos	R\$ 27.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 29.000,00
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	R\$ 5.427.505,13	R\$ 5.302.165,21	R\$ 5.072.427,00
Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	R\$ 5.427.505,13	R\$ 5.302.165,21	R\$ 5.072.427,00
<b>TOTAL ORÇAMENTÁRIO . . . . :</b>	<b>R\$ 27.431.787,19</b>	<b>R\$ 29.944.721,11</b>	<b>R\$ 32.669.729,61</b>

Fonte: Diretoria dos Serviços de Contabilidade e Tesouraria

Tabela 2

## Estimativa da Receita - RPPS

Especificação	Previsão		
	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES	R\$ 13.279.400,00	R\$ 14.809.340,00	R\$ 16.454.274,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO	R\$ 6.750.400,00	R\$ 7.427.340,00	R\$ 8.169.274,00
Contribuição Patronal para o RPPS	R\$ 5.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 7.000,00
Contribuição do Servidor	R\$ 6.646.000,00	R\$ 7.312.000,00	R\$ 8.042.000,00
Contribuição do Servidor	R\$ 93.000,00	R\$ 102.300,00	R\$ 112.530,00
Contribuição do Servidor	R\$ 6.400,00	R\$ 7.040,00	R\$ 7.744,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 6.500.000,00	R\$ 7.350.000,00	R\$ 8.250.000,00
Remuneração dos Investimentos - Renda Fixa	R\$ 6.500.000,00	R\$ 7.350.000,00	R\$ 8.250.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 29.000,00	R\$ 32.000,00	R\$ 35.000,00
Restituições	R\$ 29.000,00	R\$ 32.000,00	R\$ 35.000,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 14.152.387,19	R\$ 15.135.381,11	R\$ 16.215.455,61
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ 9.353.000,00	R\$ 10.288.000,00	R\$ 11.318.680,00
Contribuição Patronal para o RPPS	R\$ 7.445.000,00	R\$ 8.190.000,00	R\$ 9.010.000,00
Contribuição Previdenciária Parceladas	R\$ 1.908.000,00	R\$ 2.098.000,00	R\$ 2.308.680,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - APORTE	R\$ 4.799.387,19	R\$ 4.847.381,11	R\$ 4.896.775,61
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 27.431.787,19</b>	<b>R\$ 29.944.721,11</b>	<b>R\$ 32.669.729,61</b>

Fonte: Diretoria dos Serviços de Contabilidade e Tesouraria

UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: UNAI NATUREZA DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA	CONSOLIDADAÇÃO GERAL PAGO - Acumulado		Projeções - Tabela 3									
	Executado	2016	2017		2018		2019		2020			
			R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>											
30000000	Despesas Correntes	R\$ 17.520.154,70	R\$ 19.622.573,26	R\$ 21.977.282,06	R\$ 24.614.555,90	R\$ 27.568.302,61						
31000000	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 17.289.924,30	R\$ 19.364.715,22	R\$ 21.688.481,04	R\$ 24.291.098,77	R\$ 27.206.030,62						
31900000	Aplicações Diretas	R\$ 17.244.794,21	R\$ 19.314.169,52	R\$ 21.631.869,86	R\$ 24.227.694,24	R\$ 27.135.017,55						
31900100	Aposentadorias RPPS, Res.Rem. e Reforma	R\$ 12.221.880,11	R\$ 13.688.505,72	R\$ 15.331.126,41	R\$ 17.170.861,58	R\$ 19.231.364,97						
31900300	Pensões do RPPS e do Militar	R\$ 3.020.806,04	R\$ 3.383.302,76	R\$ 3.789.299,10	R\$ 4.244.014,99	R\$ 4.753.296,79						
31900500	Outros Benefícios Previd.Serv. ou Milita	R\$ 1.363.962,32	R\$ 1.527.637,80	R\$ 1.710.954,33	R\$ 1.916.268,85	R\$ 2.146.221,12						
31901100	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	R\$ 611.440,52	R\$ 684.813,38	R\$ 766.990,99	R\$ 859.029,91	R\$ 962.113,50						
31901300	Obrigações Patronais	R\$ 26.705,22	R\$ 29.909,85	R\$ 33.499,03	R\$ 37.518,91	R\$ 42.021,18						
31910000	Aplicação Direta Dec. Operação RPPS	R\$ 45.130,09	R\$ 50.545,70	R\$ 56.611,18	R\$ 63.404,53	R\$ 71.013,07						
31911300	Obrigações Patronais RPPS	R\$ 45.130,09	R\$ 50.545,70	R\$ 56.611,18	R\$ 63.404,53	R\$ 71.013,07						
33000000	Outras Despesas Correntes	R\$ 230.230,40	R\$ 257.858,05	R\$ 288.801,01	R\$ 323.457,14	R\$ 362.271,99						
33900000	Aplicações Diretas	R\$ 220.016,75	R\$ 246.418,76	R\$ 275.989,01	R\$ 309.107,69	R\$ 346.200,62						
33901400	Diárias - Pessoal Civil	R\$ 5.538,92	R\$ 6.203,59	R\$ 6.948,02	R\$ 7.781,78	R\$ 8.715,60						
33903000	Material de Consumo	R\$ 8.707,36	R\$ 9.752,24	R\$ 10.922,51	R\$ 12.233,21	R\$ 13.701,20						
33903600	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	R\$ 88.422,53	R\$ 99.033,23	R\$ 110.937,22	R\$ 124.227,29	R\$ 139.134,56						
33903900	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 77.241,27	R\$ 86.510,22	R\$ 96.891,45	R\$ 108.518,42	R\$ 121.540,63						
33909300	Indenizações e Restituições	R\$ 40.106,67	R\$ 44.919,47	R\$ 50.309,81	R\$ 56.346,98	R\$ 63.108,62						
33910000	Aplicação Direta Dec. Operação RPPS	R\$ 10.213,65	R\$ 11.439,29	R\$ 12.812,00	R\$ 14.349,44	R\$ 16.071,38						
33914700	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 787,18	R\$ 881,64	R\$ 987,44	R\$ 1.105,93	R\$ 1.238,64						
33919700	Aporte p/Cobertura Déficit Atuarial RPPS	R\$ 9.426,47	R\$ 10.557,65	R\$ 11.824,56	R\$ 13.243,51	R\$ 14.832,73						
40000000	Despesas de Capital	R\$ 2.200,00	R\$ 26.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 29.000,00						
44000000	Investimentos	R\$ 2.200,00	R\$ 26.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 29.000,00						
44900000	Aplicações Diretas	R\$ 2.200,00	R\$ 26.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 29.000,00						
44905200	Equipamento e Material Permanente	R\$ 2.200,00	R\$ 26.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 29.000,00						
99999999	Reserva de Contingência	R\$ 3.827.825,00	R\$ 4.812.770,00	R\$ 5.427.505,13	R\$ 5.302.165,21	R\$ 5.072.427,00						
99999999	Reserva de Contingência	R\$ 3.827.825,00	R\$ 4.812.770,00	R\$ 5.427.505,13	R\$ 5.302.165,21	R\$ 5.072.427,00						
Total		R\$ 21.350.179,70	R\$ 24.461.343,26	R\$ 27.431.787,19	R\$ 29.944.721,11	R\$ 32.669.729,61						



*[Handwritten Signature]*



Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda,  
Planejamento e Controle Interno

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2018**  
**Anexo de Riscos Fiscais**  
(Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, § 3º)

MUNICÍPIO DE UNAI - MG  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
2018

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais (0,1% da Receita Corrente Líquida)	219.434,80	Abertura de créditos adicionais ao orçamento da Prefeitura de Unai utilizando a reserva de contingência para passivos contingentes e outros eventos fiscais imprevistos	219.434,80
Dívidas em Processo de Reconhecimento (0,1% da Receita Corrente Líquida)	219.434,80	Abertura de créditos adicionais ao orçamento da Prefeitura de Unai utilizando a reserva de contingência para passivos contingentes e outros eventos fiscais imprevistos	219.434,80
Avais e Garantias Concedidas	-	..	-
Assunção de Passivos	-	..	-
Assistências Diversas (0,2% da Receita Corrente Líquida)	438.869,61	..	438.869,61
Assistência Contra Enchentes e Epidemias	438.869,61	Abertura de créditos adicionais ao orçamento da Prefeitura de Unai utilizando a reserva de contingência para passivos contingentes e outros eventos fiscais imprevistos	438.869,61
Outros Passivos Contingentes	-	..	-
Frustração de Arrecadação (0,3% da Receita Corrente Líquida)	658.304,42	Manutenção do saldo total ou parcial da reserva de contingência para a insuficiência de arrecadação	658.304,42
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.536.043,63</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.536.043,63</b>

Anexo de Riscos Fiscais – 1/2




DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Restituição de Tributos a Maior	-	..	-
Discrepância de Projeções	5.427.505,13	..	5.427.505,13
Estimativa a menor de despesas orçamentárias do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unai (Aproximadamente 2,5 % da Receita Corrente Líquida)	5.427.505,13	Abertura de créditos adicionais ao orçamento do Regime Próprio de Previdência Social utilizando a reserva de contingência do Regime Próprio de Previdência Social	5.427.505,13
Outros Riscos Fiscais	-	..	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>5.427.505,13</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>5.427.505,13</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.963.548,76</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6.963.548,76</b>

Fonte: Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno.

Nota: Os percentuais para Prefeitura de Unai foram decididos pelo Secretário Municipal da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Controle Interno. O valor absoluto para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é o que foi fixado na proposta de LDO elaborada pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unai (UNAPREV). Sinais convencionais utilizados:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
- .. Não se aplica dado numérico.

*[Assinatura]*  
 Anexo de Riscos Fiscais - 2/2

